

**SUCCESSÃO, FORMAÇÃO E MIGRAÇÃO:
DESTINOS DE DUAS GERAÇÕES DE
AGRICULTORES FAMILIARES DO ALTO
JEQUITINHONHA, MG.**

KÊNIA FABIANA COTA MENDONÇA

2008

KÊNIA FABIANA COTA MENDONÇA

**SUCCESSÃO, FORMAÇÃO E MIGRAÇÃO: DESTINOS
DE DUAS GERAÇÕES DE AGRICULTORES
FAMILIARES DO ALTO JEQUITINHONHA, MG.**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração, área de concentração em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento, para obtenção do título de “Mestre”.

Orientador

Prof. Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro, Dr.

Co-orientadora

Prof^a. Flávia Maria Galizoni, Dra.

LAVRAS
MINAS GERAIS – BRASIL
2008

KÊNIA FABIANA COTA MENDONÇA

**SUCCESSÃO, FORMAÇÃO E MIGRAÇÃO: DESTINOS
DE DUAS GERAÇÕES DE AGRICULTORES
FAMILIARES DO ALTO JEQUITINHONHA, MG.**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração, área de concentração em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento, para obtenção do título de “Mestre”.

APROVADA em 14 de fevereiro de 2008.

Prof^a. Flávia Maria Galizoni UFVJM

Prof^a. Maria de Lourdes Oliveira Souza UFLA

Prof. Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro
UFLA
(Orientador)

LAVRAS
MINAS GERAIS – BRASIL

**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da UFLA**

Mendonça, Kênia Fabiana Cota.

Sucessão, formação e migração: destinos de duas gerações de agricultores familiares do alto Jequitinhonha / Kênia Fabiana Cota Mendonça. – Lavras: UFLA, 2008.

105 p. : il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Lavras, 2008.

Orientador: Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro.

Co-orientadora: Flávia Maria Galizoni.

Bibliografia.

1. Sucessão. 2. Formação. 3. Migração. 4. Agricultura familiar. 5. Alto Jequitinhonha. 6. Jovens rurais. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD – 307.72.

EPÍGRAFE

“A gente tinha que ter duas vidas: uma pra aprender e outra pra viver.”

*Urbano de Fátima
Agricultor Familiar de Turmalina/MG*

*“A história de um homem grande é bem dada no resumo de um só
dia de sua vida”.*

João Guimarães Rosa

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer ao Geová, Antônio Artur, Silvério, meus queridos amigos dos Núcleos de Pesquisa da FACE e do Teste Anpad pela torcida, apoio e incentivo quando o mestrado ainda era um sonho, em especial, à Simoninha.

Ao Eduardo, meu orientador, pelos esclarecimentos das dúvidas e inquietações que se fizeram presentes; pelo apoio e incentivo; por ter me indicado a direção nos momentos em que me encontrava perdida; por ter acompanhado de perto cada etapa de desenvolvimento desta dissertação; pela co-autoria em alguns trechos, mas, principalmente, pela confiança e amizade que se construíram durante todo o processo.

À professora Flávia por ter sido minha co-orientadora mesmo antes do convite oficial, pela paciência e sensibilidade que a diferencia de todos os “mestres” que já conheci: você é uma “artista de grande mérito” na arte de ensinar! Obrigada, ainda, pela compreensão, pelos conselhos e por ter me ensinado que entre oito e oitenta existem uma infinidade de números.

Aos amigos do Núcleo PPJ por me receberem de braços abertos, pelas brilhantes observações sobre meu trabalho, pelo apoio técnico e emocional e por me mostrarem que não é utopia sonhar com um grupo de trabalho onde predomina a amizade, a cooperação e o companheirismo. Foi um imenso prazer conviver com vocês!

A todos os colegas do mestrado pelo aprendizado, convivência, diversão e amizade.

À Beth e Jack, secretárias do DAE, sempre solícitas e sorridentes atendendo a todas as solicitações com presteza e pelo tratamento nominal dada aos pós-graduandos.

A todas as famílias e jovens entrevistados(as) pelo tempo cedido, pela carinho com que fui recebida, pelos cafezinhos e refeições, por abrirem as portas e o coração para que eu desse mais este passo, mas, principalmente, pelos ensinamentos técnicos e de vida. Obrigada por abrirem um novo mundo para mim!

À equipe dos Sindicatos e das Escolas Famílias Agrícolas de Turmalina e Veredinha pelo apoio em campo e interesse pela pesquisa.

A todos os amigos do CAV – Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica pelo apoio em campo e por permitirem a realização da pesquisa na região, em especial ao José Murilo, João Antônio, Valmir, Boaventura e Joelma: sou eternamente grata a vocês por tudo!

Ao Romário, motoboy de Turmalina, por ter me conduzido com segurança aos terrenos dos agricultores.

À Capes pela bolsa de mestrado e ao CNPq (Projetos 553367/2005-6 e 553690/2005-1) e FAPEMIG (SHA 1618-5) pelo financiamento da pesquisas de campo.

Aos meus pais por terem agüentado firmes a distância e por me mostrarem em todos os momentos que passávamos juntos o grande amor que sentem por mim. Amo vocês!

À Livinha pelo sorriso sempre doce, companhia, carinho, amizade, “conversaiada” e apoio. Te amo!

Michelle, o tempo que passei longe foi o tempo em que me senti mais próxima de você e hoje posso dizer que você se tornou minha melhor amiga! Muito obrigada pelos conselhos, pelo carinho, pelos passeios, pela companhia, pelo ombro, pelo sorriso, por estar sempre disposta a me ouvir, me aconselhar e “puxar” minha orelha. Obrigada por fazer parte da minha vida, por sofrer e sorrir comigo todos os dias! Te amo!

Ao Joel pelo carinho, apoio e “churacos”.

Ao Gê pela recepção e apoio inicial até que me “enturmasse” em Lavras, pela companhia, carinho, atenção, amizade, caronas, conversas e por saber que podia contar sempre com você “pro que desse e viesse”. Obrigada ainda por ter tornado minha estada em Lavras mais agradável e feliz e por, às vezes, transformar minha vida em um “conto de fada”.

Aos meus amigos-irmãos, Virgínia e Felipe, pelo convívio, apoio, compreensão, carinho e amizade. Obrigado por dividirem comigo as angústias e alegrias desse período. Tenho certeza que nossa amizade perdurará por muitos e longos anos.

Ao Maury pelas assistências técnicas dada ao computador, por me buscar na rodoviária de Lavras e permitir que encontrasse sempre um rosto amigo e sorridente à minha espera, pela amizade, carinho, conversas e por me emprestar sua família enquanto a minha estava distante.

Agradeço ainda a todos que direta e indiretamente contribuíram para a realização deste sonho: me tornar mestre!

Agradeço a Deus citando Roberto Carlos:

“Obrigado, Senhor, por tudo isso

Obrigado, Senhor

Agradeço, obrigado, Senhor.”

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	i
LISTA DE TABELAS.....	ii
LISTA DE GRÁFICOS.....	iii
RESUMO.....	iv
ABSTRACT.....	v
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 METODOLOGIA.....	4
2.1 O município pesquisado e a amostra.....	4
2.2 Tipo de Pesquisa.....	11
2.3 Coleta dos dados.....	12
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
3.1 Agricultura Familiar.....	15
3.2 Família.....	16
3.3 Trabalho.....	19
3.3.1 Divisão do trabalho.....	23
3.3.2 Migração.....	25
3.4 Terra e herança.....	28
3.5 Sucessão.....	32
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	37
4.1 Geração atual.....	39
4.1.1 O casal.....	39
4.1.2 Formação para o trabalho.....	41
4.1.3 Patrimonialização.....	49
4.1.4 Educação formal.....	53
4.1.5 Destinos.....	55
4.2 Geração dos(as) jovens.....	62
4.2.1 Jovens.....	63
4.2.2 Formação do jovem rural.....	64
4.2.3 Educação formal.....	67
4.2.4 Destinos.....	69
4.2.5 Sucessão.....	75
5 CONCLUSÕES.....	80
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	84
ANEXOS.....	89

LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 1: Paisagem do alto Jequitinhonha corte grotta/chapada com classificação de terras e ocorrência mais freqüente de recursos naturais.....5
- FIGURA 2: Diagrama dos principais destinos dos(as) irmãos(ãs) dos casais entrevistados.56
- FIGURA 3: Diagrama dos principais destinos dos(as) irmãos(ãs) dos(as) jovens entrevistados(as).69
- FIGURA 4: Diagrama de comparação entre os principais destinos dos(as) jovens(as) excluindo-se os(as) estudantes e os(as) irmãos(ãs) dos casais entrevistados. Fonte: Pesquisa de campo, 2007.74

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Constituição da amostra dos agricultores familiares.....	9
TABELA 2: Distribuição das entrevistas dos(as) filhos(as) de agricultores(as) familiares por local de realização.....	10
TABELA 3: Representação dos indivíduos sobre os quais foram coletadas informações.....	11
TABELA 4: Caracterização das famílias de agricultores pesquisadas quanto à idade do casal, número e sexo dos filhos.....	39
TABELA 5: Caracterização da escolaridade dos casais rurais pesquisados.....	55
TABELA 6: Principais ocupações urbanas dos(as) irmãos(ãs) dos casais entrevistados.....	57
TABELA 7: Principais destinos dos(as) irmãos(ãs) migrantes definitivos(as) dos casais entrevistados.....	58
TABELA 8: Comparação entre a média de anos de estudos dos(as) sucessores(as) e de seus(suas) irmãos(ãs).....	61
TABELA 9: Comparação entre os(as) sucessores(as) e os(as) agricultores(as) que reproduziram a condição de agricultores familiares quanto à frequência, média de anos de estudo e tamanho do terreno.....	62
TABELA 10: Interesse em cursar faculdade.....	63
TABELA 11: Opinião dos(as) jovens sobre a troca de experiência entre os(as) moradores de sua comunidade.....	65
TABELA 12: Principais ocupações urbanas dos(as) irmãos(ãs) dos(as) jovens.....	70
TABELA 13: Principais destinos dos(as) jovens.....	71
TABELA 14: Interesse dos(as) jovens entrevistados(as) em permanecerem na agricultura.....	72
TABELA 15: Caracterização dos(as) jovens quanto à média de idade e escolaridade...	74
TABELA 16: Síntese do processo sucessório das 40 famílias pesquisadas.....	75

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Comparação da média de anos de escolaridade entre as duas gerações de agricultores(as) familiares.....	67
---	----

RESUMO

MENDONÇA, K. F. C. **Sucessão, formação e migração**: destinos de duas gerações de agricultores familiares do alto Jequitinhonha, MG. 2008. 105p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras.*

A agricultura familiar é responsável por grande parte do abastecimento alimentar, pela maioria da ocupação produtiva e por manter ativas grande parte das características culturais fundamentais do rural brasileiro. Apesar de sua expressividade na produção agrícola e sua capacidade de interação com outras atividades econômicas e sociais, observou-se principalmente em estudos realizados no Sul do país que a partir da década de 1990 os estabelecimentos familiares estão perdendo os sucessores. Essas pesquisas vêm revelando como causas do esvaziamento a transição demográfica, a masculinização e o envelhecimento no campo, o intenso processo migratório, as maiores possibilidades de escolarização, maior integração cidade-campo, a insatisfação com o ganho obtido na agricultura, a penosidade e a imagem negativa do trabalho rural. Diante disso, o objetivo deste estudo foi, modificando o cenário regional, verificar se os(as) jovens do alto Jequitinhonha permanecerão no campo e ocupados na agricultura familiar. Buscou identificar o “padrão” de sucessão na agricultura familiar; os mecanismos formais (escola) e tradicionais (culturais) de capacitar o(a) jovem e verificar se a transição demográfica interfere no processo sucessório. Utilizou-se uma combinação de pesquisa qualitativa e quantitativa como pressuposto metodológico. O estudo de caso foi feito nos municípios de Turmalina e Veredinha, vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, usando entrevistas do tipo focalizada, método de história de vida, coleta de informações sobre as gerações e a observação não-participante. Os resultados da pesquisa indicaram que ocorreu, entre duas gerações, uma queda de 27% de jovens que permanecem ocupados no meio rural quando se compara a geração dos pais - 44% ocupados na agricultura - e a geração dos filhos - 32% ocupados no rural como agricultores familiares. O estudo indica que no alto Jequitinhonha têm permanecido no meio rural os(as) jovens com maior educação formal. Eles assumem a unidade familiar um pouco mais envelhecidos que a geração anterior, entretanto, mais preparados e maduros para enfrentarem os desafios que encontrarem pela frente.

* Comitê orientador: Prof. Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro, Dr. (UFPA) e Prof^a. Flávia Maria Galizoni, Dra. (UFVJM).

ABSTRACT

MENDONÇA, K. F. C. **Sucession, formation and migration: destinies of two generations of family farmers in the High Jequitinhonha Valley, MG.** 2008. 105p. Dissertation (Masters in Administration) – Universidade Federal de Lavras, MG*.

Family agriculture is responsible for a great part of the food supply, for most of the productive occupations and for maintaining the fundamental characteristics of rural Brazilian. In spite of its socioeconomic and environmental expressiveness, of its interactive capacity with other social and economic activities, it was observed, mainly in studies done in the south of the country, that starting from the decade of the 1990's the family establishments are losing their successors. That research has been demonstrating the masculinization and the aging in the field, the intense migratory process, more possibilities for an education, higher city-country integration, the dissatisfaction with earnings obtained from agriculture, and the strenuousness and the negative image of agricultural work as causes of the demographic transition. In view of this, the objective of this study was to verify if the youth of the High Jequitinhonha Valley will stay in the field and be occupied with family agriculture. The study looked to identify the "standard" of succession in family agriculture; the formal mechanisms (school) and traditional (cultural) of qualifying the youth, and to verify if the demographic transition interferes with the succession process. A combination of qualitative and quantitative research was used as a methodological presupposition. The case study was carried out in the municipal district of Turmalina and Veredinha, in the Jequitinhonha River Valley, Minas Gerais, using focused type interviews, life history method, family generation information collection and non-participant observation. The results of the research indicated that, between two generations, a 27% decline of youths which were occupied in the rural environment when compared to the parents' generation - 44% occupied in agriculture - and the children's generation - 32% rurally occupied, as family farmers. The study indicates that in the High Jequitinhonha Valley the youth with higher formal education, that assume a family unit a little more aged than the previous generation, will stay in the rural setting. However, more prepared and nature to face the challenges which will be encountered in the future.

* Orientation Committee: Prof. Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro, Dr. (UFPA) e Profa. Flávia Maria Galizoni, Dr. (UFVJM).

1 INTRODUÇÃO

O senhor João Toca diz que em seu terreno planta “quase de tudo um ‘mucadinho’: banana; cana; hortinha; café; feijão de duas qualidades: corda e arranque; andu, em todas as variedades; milho e mandioca”. Sua fala expressa os diversos alimentos que fazem parte das refeições diárias de tantas famílias. Entretanto, nem todos brasileiros sabem que são os agricultores familiares, como esse senhor, os responsáveis por abastecer parte do mercado de alimentos e matéria-prima do país.

Estudo publicado em 2000 pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, revelou que a agricultura familiar no Brasil, em 1995/96, correspondia a 85,2% dos estabelecimentos rurais, ocupava 30,5% da área total no campo e respondia por 37,9% da produção agropecuária.

Apesar da importância da agricultura familiar, de sua expressividade na produção agrícola e de sua capacidade de interação com outras atividades econômicas e sociais, observou-se que a partir da década de 1990, os(as) filhos(as) de agricultores(as) têm deixado a unidade familiar para encontrarem oportunidades mais promissoras de geração de renda fora do meio rural.

Diversas pesquisas realizadas na região sul do país sobre o tema sucessão vêm demonstrando que a transição demográfica, a masculinização e o envelhecimento no campo, o intenso processo migratório, as maiores possibilidades de escolarização, maior integração cidade-campo, a insatisfação com o ganho obtido na agricultura, a penosidade e a imagem negativa do trabalho agrícola têm gerado o esvaziamento do meio rural.

Contudo, sabe-se que a qualificação técnica do agricultor acontece, principalmente, junto à família. É no fazer-aprender que os(as) filhos(as) de agricultores(as) familiares tornam-se qualificados para exercer as atividades

relacionadas ao campo. O saber é passado de pai para filho(a), sendo esse conhecimento renovado e atualizado. São saberes profundamente ambientalizados, adaptados à minúcia do território e muito pouco replicáveis. Logo, se os(as) filhos(as) de agricultores(as) deixarem o meio rural, toda a cultura fundamental e adquirida no campo como agricultores, poderá desaparecer, e assim limitadas as possibilidades da produção.

Diante disto é de primordial importância que a sociedade e o poder público definam programas públicos de incentivo ao agricultor familiar, que se adaptem às peculiaridades dos territórios e que sejam capazes de despertar o interesse dos(as) jovens para sua realização profissional e pessoal num meio que eles conhecem e que pode ser valorizado com seu trabalho. Tema tão relevante como a ocupação do espaço rural não pode ser deixado sob responsabilidade somente das forças do mercado.

Em face das questões expostas, o objetivo geral desta pesquisa foi verificar se os(as) jovens do alto Jequitinhonha permanecerão na profissão de agricultores familiares. Partindo do objetivo geral, mais detalhadamente pretendeu-se identificar o “padrão” de sucessão na agricultura familiar; identificar mecanismos formais (escola) e tradicionais (domésticos e comunitários) de capacitar o(a) jovem e verificar se a transição demográfica interfere no processo sucessório.

Com o propósito de atingir os objetivos propostos, a presente dissertação foi estruturada em quatro capítulos, além desta introdução. No segundo capítulo é apresentada a metodologia empregada e descritos os procedimentos para a caracterização da amostra e os instrumentos de pesquisa utilizados. A fundamentação teórica que sustenta este estudo é apresentada no capítulo três, onde se discorre sobre agricultura familiar, família, trabalho, divisão do trabalho, migração, terra, herança e sucessão. A análise e a discussão dos resultados são apresentadas no quarto capítulo, o qual foi subdividido em duas partes. A primeira

refere-se à análise dos resultados sobre os casais de agricultores familiares da atual geração e na segunda parte os resultados da análise da situação dos(as) jovens rurais. Finalmente, no quinto capítulo são colocadas as considerações finais.

2 METODOLOGIA

Este capítulo tem como objetivo apresentar a metodologia empregada nesta dissertação. Foi organizado em três subtópicos. O primeiro inicia-se com uma descrição do alto Jequitinhonha, objeto de estudo da pesquisa, e os critérios utilizados para a seleção e distribuição da amostra. No subtópico subsequente foram apresentadas as opções metodológicas do estudo e no terceiro subtópico foram descritas as fases do estudo e os procedimentos de coleta e análise de dados.

2.1 O município pesquisado e a amostra

De acordo com Ribeiro & Galizoni (2000), o Vale do Jequitinhonha pode, a grosso modo, ser repartido em duas zonas: baixo Jequitinhonha caracterizado pela grande propriedade rural destinada à criação extensiva de gado e alto Jequitinhonha ocupado principalmente por agricultores familiares.

O alto Jequitinhonha possui o relevo marcado por diferentes espaços: chapadas com campo, catinga ou carrasco e grotas com meia cultura e cultura legítima. As chapadas são “grandes extensões de terras planas e elevadas, naturalmente pouco férteis, com escassas fontes de água” (Galizoni, 2000a, p. 7). Essas áreas são utilizadas por seus moradores para extração de frutos, lenha, plantas medicinais e criação de gado; entretanto, grande parte delas encontra-se tomada, há aproximadamente trinta anos, por maciços de eucalipto (Calixto, 2006).

Em oposição às chapadas encontram-se as grotas, as quais, conforme definido por Galizoni (2000a, p. 7), “são as meias encostas, os vales, áreas úmidas e frescas próximas às nascentes e córregos”. Nas grotas acham-se as casas, quintais, hortas e roças dos(as) agricultores(as) e trata-se de áreas com boas terras de cultura e abundância de água.

Observa-se que à medida que se desloca das grotas para as chapadas, a vegetação vai reduzindo seu tamanho, os troncos vão-se tornando retorcidos e suas

cascas engrossando e aumenta-se também a quantidade de pedras sobre o solo (Galizoni, 2000a), como mostrado na Figura 1.

Portanto, partindo das grotas em sentido às chapadas verifica-se uma redução da fertilidade natural do solo e o aumento de pedregulhos. Desta forma, as terras baixas (cultura legítima e meia-cultura) e parte dos carrascos (catingas), são usadas para lavouras. Já as terras altas dos campos e as chapadas geralmente são áreas utilizadas para extração ou pastagem comunitária (Ribeiro et al., 2005).

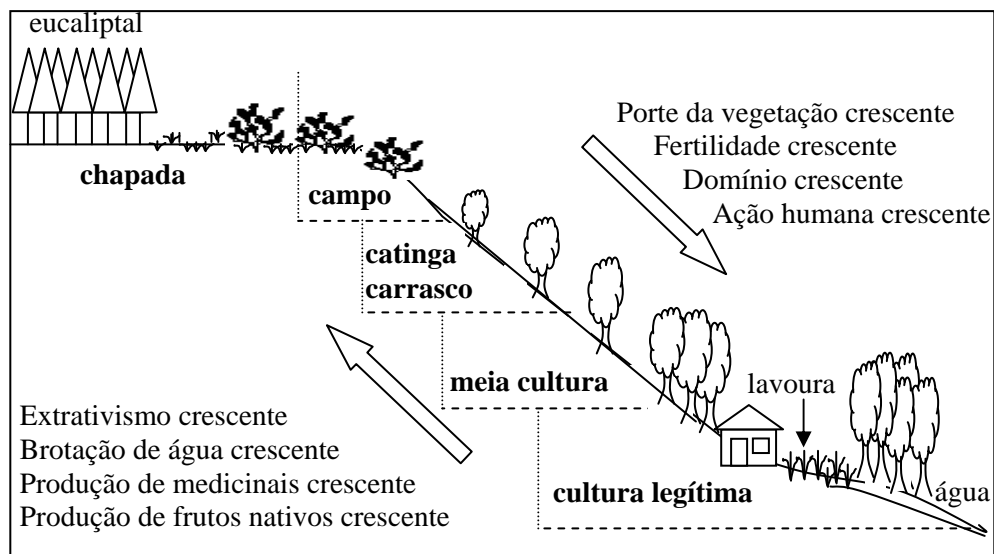


FIGURA 1: Paisagem do alto Jequitinhonha corte grot/chapada com a classificação de terras usada mais freqüentemente pelos lavradores e ocorrência mais freqüente de recursos naturais. Fonte: Ribeiro et al. (2005, p. 9).

Os municípios de Turmalina e Veredinha localizam-se no alto Jequitinhonha, porção nordeste do Estado de Minas Gerais; na grande maioria do seu território apresentam a lógica de distribuição da vegetação e solo explicitada acima.

Nestes dois municípios (mapa Anexo A) existem 400 estabelecimentos familiares, que correspondem a 91,5% do total de estabelecimentos rurais e ocupam uma área de 8.039 hectares, correspondente a 14,1% da área total

(SADE/INCRA/FAO, 2000). Observa-se, portanto, que o maior número de estabelecimentos rurais pertence aos produtores(as) familiares. A agricultura familiar dessa região é responsável por 80,59% do pessoal ocupado no meio rural, sendo que apenas 19,73% dos ocupados são assalariados; todo o restante do trabalho é desenvolvido pelos membros da família (SADE/INCRA/FAO, 2000).

Segundo dados da Emater (2004), os principais produtos agrícolas cultivados pelos(as) agricultores(as) familiares, em 2003, eram: cana-de-açúcar, mandioca, milho, feijão, café, banana, laranja, abacaxi e acerola. Na agroindústria produzem: açúcar mascavo, cachaça, farinha de mandioca e milho, polvilho, queijo e rapadura; e, no artesanato, produtos beneficiados de matérias-primas como bambu, argila e madeira, além de bordados e tecelagem.

A opção pelo estudo nesses municípios foi especialmente motivada por dois fatores. Primeiro por se tratar de municípios onde existe a predominância da agricultura familiar; segundo, porque há interesse das organizações que atuam no rural da região – ongs, sindicatos e associações – em obter conhecimento sobre sucessão na agricultura familiar. Por isso, esta dissertação foi desenvolvida como parte das pesquisas do Núcleo de Pesquisa e Apoio a Agricultura Familiar Justino Obers – Núcleo PPJ - em parceria com o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica – CAV- e apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (projetos 553367/2005-6 e 553690/2005-1) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG (projeto SHA 1618/05).

O Núcleo PPJ é uma associação multidisciplinar formada por profissionais, estudantes e professores, em sua maioria, vinculados à Universidade Federal de Lavras que assessora organizações locais, intercambiando conhecimento e atividades ligadas à agricultura familiar, ambiente e desenvolvimento. Já o CAV é uma organização não governamental que tem como objetivo desenvolver, junto aos agricultores(as) do Vale do Jequitinhonha, uma proposta de agricultura familiar

sustentável, que favoreça as condições de vida, incentivando a produção, respeitando os costumes locais e o meio ambiente.

Cabe esclarecer que os dados da SADE/INCRA/FAO (2000) são referentes a 1996, e consideram como Turmalina o que veio a ser depois os municípios de Turmalina e Veredinha. Isto porque, nesse ano, Veredinha era distrito de Turmalina, emancipando-se posteriormente. Mesmo assim, para estabelecer o número de agricultores(as) familiares neste estudo foram utilizados os dados da SADE/INCRA/FAO (2000), uma vez que a utilização de uma base de dados defasada em 10 anos teve a evidente vantagem de resultar em amostra maior, uma vez que há um consenso entre pesquisadores (por exemplo, Abramovay, 1998) e lideranças rurais que o número de agricultores familiares declinou ao longo desta década.

O objeto de estudo desta pesquisa foram as famílias de agricultores familiares das comunidades rurais de Turmalina e Veredinha. Segundo a definição adotada, foram considerados membros da família aqueles indivíduos que moravam ou não sob o mesmo teto, mas necessariamente estavam ligados por laços de consangüinidade e afinidade. Determinou-se que seriam entrevistados 40 casais de agricultores familiares, buscando-se coletar informações sobre o casal; de seus filhos, para compreender a sucessão futura; dos seus irmãos – do marido e da esposa – para compreender a lógica e o padrão sucessório, que pôde assim ser percebido em duas gerações quase sempre vinculadas a uma mesma terra.

As famílias entrevistadas representaram 10% dos estabelecimentos familiares dos municípios. Isto porque, de acordo com Werkema (1996), com um número mínimo de 30 elementos é possível fazer inferências estatísticas. Desta forma, o tamanho da amostra foi delineado de forma não probabilística, mas observou-se que a partir da 26ª entrevista os relatos começaram a repetir os conteúdos, confirmando que o número de 40 entrevistas era suficiente para conhecer a realidade estudada.

A seleção das famílias amostradas foi feita de forma intencional. Para tanto, recorreu-se aos técnicos do CAV. A seleção da amostra obedeceu aos seguintes critérios: (1) família de agricultores familiares e (2) os casais entrevistados deveriam, também, ser filhos(as) de agricultores familiares.

A amostra foi segmentada por coortes de renda equivalentes àqueles definidos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF -, que enquadram os(as) agricultores(as) familiares para fins de liberação de recursos nas linhas de crédito em PRONAF B agricultores(as) com renda familiar anual bruta de até R\$ 2 mil; PRONAF C agricultores(as) com renda familiar anual bruta superior a R\$ 2 mil e inferior a R\$ 14 mil; e PRONAF D agricultores(as) com renda familiar anual bruta superior a R\$ 14 mil e limitada a R\$ 40 mil (Ortega & Só, 2005). O ano de referência para a variável renda foi 2007.

A amostra foi distribuída proporcionalmente ao número de estabelecimentos familiares disponibilizados pela base de dados do SADE/INCRA/FAO (2000) para o município de Turmalina. Os estabelecimentos de maiores rendas foram considerados os Agricultores Familiares enquadráveis no PRONAF D; os estabelecimentos de renda média, os Agricultores Familiares enquadráveis no PRONAF C; e, os Agricultores Familiares, enquadráveis no PRONAF B, os estabelecimento com menor renda. Cabe enfatizar que os dados do SADE/INCRA/FAO (2000) foram utilizados somente para uma distribuição proporcional da amostra e não para o coorte de renda. Como já explicado, o coorte renda foi feito observando-se os critérios definidos pelo PRONAF.

Ressalta-se, ainda, que a classificação dos casais entrevistados em agricultores familiares de maior, média e menor renda foi feita com base nas informações fornecidas pelos entrevistados, pela consulta junto aos técnicos do

CAV e pela observação direta realizada pela entrevistadora, visto que todas as entrevistas foram realizadas no terreno familiar¹.

TABELA 1: Constituição da amostra dos casais de agricultores familiares.

Categorias SADE/ INCRA/FAO	Classificação PRONAF	Estabelecimentos SADE/INCRA/FAO		Amostra	
		Número	Percentual	Número	Percentual
Maiores rendas	PRONAF D	39	9,7	6	15,0
Renda média	PRONAF C	146	36,5	14	35,0
Renda baixa	PRONAF B	118	29,5	20	50,0
Quase sem renda		97	24,3		
Total	-	400	100,0	40	100,0

Fonte: dados: SADE/INCRA/FAO (2000); classificação: Ortega & Só (2005).

Além das entrevistas realizadas com os casais de agricultores familiares já citados, seriam realizadas, ainda, entrevistas com um(a) dos(as) filhos(as) de cada um dos casais. Entretanto, no momento da realização da pesquisa, percebeu-se que os(as) filhos(as) ficavam constrangidos(as) com a presença dos pais, ou tendiam a responder de forma semelhante a estes, visto que, na maioria das vezes, toda a família participava da entrevista feita com o pai e a mãe na unidade familiar. Por um lado, a presença da família no momento de realização das entrevistas muito enriquecia as informações coletadas, mas por outro não permitiu que os(as) filhos(as) destes casais ficassem à vontade quando entrevistados(as).

Portanto, optou-se por entrevistar os(as) filhos(as) dos casais somente quando se encontravam sem a presença dos pais no momento de realização da mesma. Então, para completar a amostra de 40 filhos(as) de agricultores(as) familiares, recorreu-se à Escola Família Agro-Industrial de Turmalina e a Escola

¹ Terreno é a categoria que delimita a extensão de terra que cada uma das famílias produtoras possui, incluindo, aí, a casa, as áreas de lavoura e criação de gado e as áreas de coleta (Galizoni, 2000a).

Família Agrícola de José Silva, estabelecimentos de ensino que abrigam principalmente filhos(as) de agricultores(as) familiares. Assim, a amostra dos(as) filhos(as) de agricultores(as) ficou distribuída conforme mostrado na Tabela 2.

TABELA 2: Distribuição das entrevistas dos(as) filhos(as) de agricultores(as) familiares por local de realização.

Local de Realização da Entrevista	Número
Unidade Familiar de Produção	6
Escola Família Agro-Industrial de Turmalina	17
Escola Família Agrícola de José Silva	17
Total	40

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

A distribuição da amostra dos(as) jovens por coorte de renda obedeceu aos mesmos critérios utilizados para o casal de agricultores, e a seleção da amostra exigiu que os(as) jovens entrevistados(as) fossem filhos(as) de agricultores(as) familiares.

Resumindo, foram entrevistados no total: (1) 40 casais de agricultores familiares com idades entre 30 e 71 anos e (2) 40 filhos(as) de agricultores(as) familiares com idades entre 12 e 25 anos - 20 rapazes e 20 moças. Essas entrevistas permitiram coletar informações sobre: (1) 282 irmãos(ãs) do casal de agricultores familiares, dados tais como: idade, sexo, estado civil, anos de escolaridade, moradia, ocupação, trabalho e acesso à terra, herança, ocupação do cônjuge dos(as) irmãos(ãs), se estes têm terra e trabalham nela e se a terra é herdada; (2) 141 filhos(as) desses casais, além de (3) informações sobre os(as) 115 irmãos(ã) dos(as) 34 jovens filhos(as) de agricultores(as) familiares entrevistados nas Escolas Famílias Agrícolas, tais como: idade, sexo, estado civil, escolaridade e ocupação.

TABELA 3: Total dos indivíduos sobre os quais foram coletadas informações.

Categoria	Entrevistados (as)	Informações
Casais	40	141 filhos(as) desses casais
		282 irmãos(ãs) do marido e da esposa desses casais
Jovens	40	115 irmãos(ãs) desses jovens
Total	80	538

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

2.2 Tipo de Pesquisa

O presente trabalho situou-se sob o paradigma interpretativo de análise, uma vez que: (1) considerou que a “realidade social é formada por ocasião de interação realizada pelos atores sociais envolvidos” – dimensão ontológica; (2) o “conhecimento da interpretação e do significado da ação é somente possível quando adquire conhecimentos sobre os modos pelos quais os sujeitos percebem o mundo e quando se adquire conhecimento sobre os significados que sustentam suas ações” – dimensão epistemológica; e, (3) “a pesquisa é uma interação social consciente e ocorre em cenários sociais específicos” - dimensão metodológica (Alencar, 2000, p. 9).

O paradigma interpretativo considera o mundo real vivido como uma construção de sujeitos sociais que dão significado social aos acontecimentos e fenômenos. Alencar (2000) enfatiza que é difícil descrever a estrutura social como algo “verdadeiro” ou “real”, tendo em vista que essa concepção é resultado da interpretação que o ser humano dá ao que ocorre à sua volta. Em vista disto, essa abordagem propicia ao pesquisador “meios para ver o mundo da forma como os atores sociais o percebem” (Alencar, 2005, p. 23).

Desta forma, o presente estudo utilizou a pesquisa qualitativa como pressuposto para o desenvolvimento das estratégias metodológicas, visto que neste tipo de investigação a preocupação essencial do investigador foi verificar o

significado que pessoas dão às coisas e à sua vida (Bogdan, citado por Godoy, 1995) semelhante ao paradigma adotado.

De acordo com o mesmo autor, a pesquisa qualitativa caracteriza-se por: ter o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental; ser descritiva; utilizar o enfoque indutivo na análise de seus dados; o pesquisador estar mais preocupado com o processo do que com os resultados. Contudo, utilizou-se ainda a pesquisa quantitativa com o objetivo “medir” as reações dos(as) entrevistados(as) uma vez que facilita a comparação e tratamento dos dados (Alencar, 2003).

Quanto ao objeto e grau do problema, utilizou-se a pesquisa exploratória com o objetivo de desenvolver e esclarecer como ocorreu o processo de sucessão entre os agricultores familiares dos municípios de Turmalina e Veredinha. Para a pesquisa bibliográfica as principais fontes consultadas foram: livros, teses, monografias, periódicos e internet.

2.3 Coleta dos dados

A pesquisa assumiu como procedimento técnico de coleta e análise de dados o estudo de caso no alto Jequitinhonha, uma vez que objetivou examinar aspectos variados da vida dos(as) agricultores(as) familiares do município, que poderiam ou não interferir no processo sucessório².

As entrevistas realizadas foram do tipo focalizada seguindo-se roteiro, constituído de tópicos. Os tópicos tiveram a finalidade de orientar a pesquisadora e evitar que temas relevantes deixassem de ser abordados. Além de dados qualitativos, o roteiro continha questões para coleta de dados quantitativos, tais como número de irmãos(ãs) e filhos(as), tamanho do terreno, idade, sexo, estado civil, anos de escolaridade, ocupação, dentre outros. O roteiro utilizou somente questões abertas, com o objetivo de obter informações sobre o tema, buscando,

² Sobre o estudo de caso ver Cervo & Bervian (1996), Gil (1996) e Alencar (2003).

sempre que possível, um maior detalhamento do assunto abordado. Foi elaborado seguindo uma seqüência que permitisse conduzir a entrevista em forma de conversa ³.

A pesquisa foi realizada em quatro etapas. Na primeira etapa, realizada em janeiro de 2007, foi feito o reconhecimento de campo, fundamental para conhecer de modo mais fidedigno possível as características social, ambiental e econômica do meio rural do alto Jequitinhonha.

A segunda etapa foi realizada entre os dias 23 a 30 de junho de 2007, período em que foram entrevistados 10 casais de agricultores familiares. Esta etapa foi fundamental para conhecer mais detalhes da realidade estudada e buscar as variáveis para a etapa seguinte. A terceira e quarta etapas aconteceram entre os dias 12 a 31 de agosto de 2007, período em que foram entrevistados(as) 40 jovens filhos(as) de agricultores(as), 30 casais de agricultores familiares e, novamente, os 10 casais de agricultores da primeira etapa para complementação das informações.

As entrevistas com os casais aconteceram em seus terrenos. Já as entrevistas com os(as) jovens filhos(as) de agricultores(as) - exceto seis que foram feitas no terreno familiar - aconteceram nas Escolas Famílias de Turmalina e José Silva, esta última é uma das comunidades do município de Turmalina. Todas as entrevistas foram gravadas e/ou registradas em caderno de campo.

Cabe destacar que a técnica da entrevista foi combinada com o método de história de vida, fundamental para compreender a interpretação e a explicação que a própria pessoa tem sobre o seu comportamento e sobre as experiências que viveu. Por fim, ainda como técnica de coleta de dados, foi realizada a observação não-participante ⁴.

³ Na entrevista focalizada existe “um roteiro de tópicos relativos ao problema que se vai estudar e o entrevistador tem liberdade de fazer as perguntas que quiser: sonda razões e motivos, dá esclarecimentos, não obedecendo, a rigor, uma estrutura formal” (Marconi & Lakatos, 1996, p. 85). Todo os roteiros de entrevista encontram-se no Anexo E e F desta dissertação.

⁴ MacNeill, apud Alencar (2003) caracteriza a história de vida como a autobiografia de uma pessoa, obtida por entrevistas guiadas por roteiros. Observação não-participante é o método que permite ao observador meios para apreender a noção de processo na vida social, ou seja, captar as ações em desenvolvimento (Alencar, 2003).

Para tratamento dos dados coletados foi realizada a análise de conteúdo que visou identificar o que estava sendo dito a respeito do tema. Para tanto, o seguinte processo foi seguido: organização das informações em relatos, transcrições, tabulação dos dados; leitura minuciosa e exhaustiva desses documentos; comparações entre as informações contidas, identificando o que existia ou não em comum entre elas; extração de comparações dos conceitos. A interpretação dos resultados buscou uma construção interativa com o tema estudado.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Esse capítulo buscou apresentar e discutir os temas relacionados à agricultura familiar necessários para aclarar os questionamentos que motivaram esta dissertação. Inicialmente, definiu-se a agricultura familiar. Posteriormente, foi apresentado o conceito de família, enfocando as acepções do termo e a composição familiar. Na sequência, discutiu-se trabalho, divisão do trabalho e migração e, por fim, terra, herança e sucessão. Este último tema teve como centro os debates realizados recentemente no sul do país que apontam a tendência ao esvaziamento do meio rural.

3.1 Agricultura Familiar

Existem na literatura diferentes definições a respeito do que vem a ser agricultura familiar. Entretanto, das distinções existentes, cabe destacar aquela apresentada por Lamarche (1993), que considera a exploração familiar como uma unidade de produção agrícola, em que a terra, a gestão e o trabalho estão profundamente ligados à família:

a noção de agricultura familiar (ou de agricultura enquanto atividade familiar) repousa sobre a idéia de uma identidade entre família e exploração. (...) No esquema da atividade familiar, a exploração fornece um retorno permitindo assegurar a subsistência do grupo e representa um patrimônio cuja transmissão aparece como um objeto essencial das estratégias de reprodução do grupo familiar (Lamarche, 1993, p. 104).

Esclarece Almeida (1986) que reprodução social é um processo que visa manter, repor e transmitir o capital social de uma geração para outra, sendo o grupo doméstico seu mecanismo central, o qual tem uma dinâmica interna e externa.

Logo, dizer que os agricultores e sua família trabalham em busca de sua subsistência, não significa afirmar que vivem em uma economia de subsistência,

uma vez que além de produzirem o que consomem, produzem também excedentes destinados ao mercado. Senhor Etelvino, agricultor familiar de 59 anos, relatou que seu pai, tropeiro, vendia e/ou trocava mercadorias produzidas por sua família em municípios da região, onde adquiria também outros produtos necessários à manutenção familiar e, concomitantemente, comercializava parte desses produtos na região:

Ele [o pai] saía daqui, ia vender essa farinha em Diamantina, vender a rapadura em Diamantina. Saía daqui com a tropa do burro, levava 22 dias pra ir e voltar. Ele trazia sal pro povo daqui, de Diamantina, enxada que o povo trabalhava, vinha de Diamantina, porque não tinha feira aqui perto, Turmalina não tinha, Capelinha não tinha, então a primeira feira daqui foi Diamantina (Senhor Etelvino).

Portanto, apesar dos(as) agricultores(as) familiares não voltarem sua produção para atender as expectativas do mercado, mantêm relações socioeconômicas com os vários mercados que os cercam (Pietrafesa, 2002). Desta forma, pode-se perceber, como afirma Wolf (1976, p. 9), que o “mundo camponês não é amorfo, mas ordenado, possuindo suas formas particulares de organização”, formas estas fundamentadas na família, no trabalho e na terra.

3.2 Família

Definir o conceito de família não é uma tarefa fácil, visto que é um conceito histórico e cultural que muito varia no tempo e no espaço. Almeida (1986) distingue duas acepções para o termo:

(I) Numa primeira acepção, família são as pessoas que pertencem a uma unidade doméstica. São os que compartilham uma casa e uma cozinha, e que (como ocorre em áreas rurais) trabalham conjuntamente (grupo doméstico).

(II) Numa segunda acepção, porém, família é algo intrínseco: refere-se a um determinado conjunto de parentes, que é previamente especificado em sua estrutura interna: tipicamente a família nuclear (um casal e seus filhos, casamento mais filiação numa unidade mínima) e há outros

tipos (a idéia subjacente é que a família é uma unidade de produção de novas pessoas) (Almeida, 1986, p. 68).

No alto Jequitinhonha a família possui esse significado duplo, podendo ser uma unidade de reprodução nuclear ou uma família extensa. Wolf (1976) define a família nuclear como aquela constituída de pai, mãe e filhos - primeira aceção de Almeida (1986); e a família extensa como aquela que agrupa certo número de famílias nucleares - segunda aceção de Almeida (1986).

Portanto, “família é um conjunto de pessoas ligadas por laços de sangue, parentesco ou dependência, que estabelecem entre si relações de solidariedade e tensão, conflito e afeto” (Bruschini, 1989, p. 13). Família é uma das categorias fundamentais para a reprodução dos(as) agricultores(as) familiares, uma vez que é por meio do trabalho familiar que satisfazem as necessidades de seus membros.

Contou o Senhor Etelvino que, na comunidade da Grota do Porto onde vive, era comum que os(as) filhos(as) fossem casando e construindo casas para sua nova família no terreno dos pais. Neste local formava-se uma espécie de agrupamento familiar no qual tios(as), primos(as), sobrinhos(as), dentre outros parentes e descendentes de um ancestral comum, residiam e conviviam.

Esse grupo familiar formava um bloco solidário de parentes que se ajudavam nos momentos de “precisão” e que festejavam juntos os períodos de fartura. Dona Zulmira, esposa do Senhor Etelvino, relatou que era comum, no seu tempo, os(as) jovens se juntarem para passear pelas roças, tomar banho nos rios, sentar ao redor de fogueiras para conversarem e ouvirem músicas cantadas e tocadas por eles. O marido dizia que: “A família era tudo unido, era a maior festa do mundo!” (Senhor Etelvino).

Wolf (1976, p. 96) expõe que os interesses da família são melhor atendidos quando se mantém a “maior quantidade de terra possível pelo maior tempo possível”. Desta forma, a família extensa pode ser vista como um meio de evitar a fragmentação da terra que poderia inviabilizar a reprodução familiar.

O importante, contudo, é que na agricultura familiar não é possível pensar família sem pensar em terra e trabalho, tendo em vista que um elemento não existe sem o outro. De acordo com Woortmann (1987), nessas organizações sociais as pessoas são consideradas seres relacionais constituídas pela totalidade, pois vinculam terra, trabalho e família (categorias) a valores e princípios organizacionais, tais como honra e hierarquia. Ao contrário, nas sociedades urbanas os seres são considerados individuais constituintes da totalidade, pois se pode opor uma ordem moral a uma ordem econômica; em outras palavras, nessas sociedades essas categorias podem ser separadas umas das outras, e, por exemplo, a terra pode ser pensada como mercadoria.

Por serem categorias consideradas indissociáveis, a unidade familiar de produção é tida, conforme definido por Heredia (1979, p. 16), “unidade de produção e unidade de consumo, visto que os membros que a compõem estão relacionados a priori ao processo produtivo e mediante laços de parentesco”. É uma unidade de produção porque todos os membros do grupo familiar participam do processo de trabalho e é uma unidade de consumo porque os produtos obtidos pelo trabalho são consumidos pelo próprio grupo familiar.

Chayanov foi um dos principais autores a colocar família no centro das preocupações teóricas sobre economia camponesa (Galizoni, 2000a). De acordo com Chayanov (1974), a composição da unidade econômica camponesa define os limites máximos e mínimos de volume de sua atividade econômica. Isto porque a idade e o tamanho da família determinam o nível de consumo e a intensidade de trabalho exigida de cada trabalhador. Assim, nos primeiros anos de existência da família, exige-se do casal uma maior carga de trabalho, visto que os(as) filhos(as), ainda pequenos(as), não contam como força de trabalho. À medida que os(as) filhos(as) crescem, a relação consumidor-trabalhador decresce. Desta forma, pode-se reduzir o trabalho ou produzir excedente. Cabe

destacar que esse excedente, na maioria das vezes, é utilizado para melhoria da unidade familiar e/ou para aquisição de novas terras.

Entretanto, Chayanov (1974) reconhece que a relação entre nível de atividade agrícola e composição familiar poderiam se dar no sentido contrário ao proposto por sua teoria. Isto porque os nascimentos e a mortalidade dependem das condições materiais de existência, observando-se, ainda, uma clara redução do crescimento da população em setores com menor disponibilidade de recursos materiais. Almeida (1986) acrescenta que o nível de renda decrescente poderia ser a causa da redução de tamanho familiar e não seu efeito. Desta forma, “a família se autoproduz, em face de restrições que não pode controlar” (Almeida, 1986, p. 74).

3.3 Trabalho

Assim como a família, o trabalho é fundamental para a reprodução social do(a) agricultor(a) familiar, e é no terreno que ocorre a materialização do trabalho. No terreno encontram-se diferentes tipos de terra: a “terra de cultura”, onde é feita a “lavoura branca” que irá alimentar a família; a “terra de campo”, que apesar de existir pedregulhos, é utilizada às vezes para a plantação de mandioca e formação de pastos; as “capoeiras”, mato que já foi cortado para virar roça e onde cresce um número reduzido de espécies de vegetação; os “peladores” porção de terra sem cobertura vegetal que já perdeu sua capacidade produtiva; e as “chapadas”, áreas que só podem ser empregadas para a agricultura, se receberem adubação química, e por isso são comumente utilizadas para extração de frutas, plantas medicinais e lenha⁵ (Freire, 2001).

Os produtos da roça são responsáveis pelo abastecimento do consumo coletivo. Heredia (1979), pesquisando agricultores da Zona da Mata

⁵ Na lavoura branca são plantados milho, arroz, feijão de vários tipos (andu, de corda, arranque), cana-de-açúcar e mandioca.

pernambucana, verificou que dentro da lavoura predominam os cultivos considerados fundamentais para a dieta alimentar, que podem ser consumidos diretamente ou indiretamente pela família. Cabe esclarecer que o consumo indireto se dá pela venda do excedente, transformado em produtos essenciais não fabricados pelas famílias, tais como: açúcar, carne, sal e querosene. Portanto, o necessário para a reprodução física e social da família é fornecido pelos produtos da lavoura consumidos diretamente e, outra parte, por meio da compra.

Para reduzir os riscos envolvidos na lavoura, a família busca cultivar duas ou mais variedades em espaços distintos de uma mesma roça ou de um mesmo terreno. Esse planejamento de cultivo busca adequar-se às necessidades de uns e outros produtos, sem, entretanto, excluí-los. O consorciamento também é muito utilizado. Trata-se da combinação de produtos de longa duração com produtos de curta duração no mesmo espaço de cultivo, visando a otimizar o espaço e relacionamento de cada planta com as demais (Woortmann & Woortmann, 1997). Os cultivos podem ser associados de várias formas: podem-se semear fileiras separadas ou colocar vários cultivos em uma mesma cova (Heredia, 1979).

No alto Jequitinhonha, algumas famílias utilizam os Sistemas Agroflorestais (SAFs) como técnica de manejo da terra. Nos SAFs fazem consorciamento de espécies arbóreas e cultivos agrícolas, que fornecem uma maior variedade de produtos e/ou serviços numa mesma área de terra, tais como: alimentos, lenha, adubo verde, plantas medicinais e ornamentais, sombra.

A família organiza seu trabalho tanto no espaço quanto no tempo. O terreno, como já citado, é dividido entre a casa, a lavoura, os campos e as chapadas. Entre a casa e o curso d'água⁶ existe: (1) o quintal onde encontram-se árvores frutíferas, “mantimentos” e plantas medicinais e (2) a horta. Já a lavoura

⁶ Os agricultores, sempre que possível, moram em grotas, local com acesso mais garantido de água.

pode ser encontrada tanto próxima a casa quanto longe dela, sendo a principal responsável pela produção de alimentos essenciais para o consumo familiar. Acima da casa, geralmente, ficam os terrenos de campo – quase sempre empastados – e as beiradas de chapadas, com as plantas frutíferas e medicinais nativas; partes, ainda, de campos e chapadas são terras de domínio comum de várias famílias (Galizoni, 2000a).

O trabalho é organizado no tempo em duas épocas distintas: no “tempo das águas” e no “tempo da seca”. No “tempo das águas”, que vai dos meses de novembro a março, as famílias plantam, capinam e colhem. Nos meses de abril a outubro, “tempo da seca”, devido à redução dos serviços da roça, a família ocupa-se na produção de açúcar-mascavo, rapadura, cachaça, farinha de milho e/ou mandioca e produtos artesanais (Noronha, 2003). Portanto, o trabalho “é organizado mais ou menos igual um relógio, não pára, tem que trabalhar o tempo inteiro” (Senhor João Domingos).

Desta forma, os(as) agricultores(as) do alto Jequitinhonha são unânimes em afirmar que o trabalho da roça é pesado: “Você não tem hora pra levantar, não tem sábado, domingo, feriado, é uma atividade que exige muito esforço” (Paulo, neto de um casal de agricultores). E porque: “Capinar de enxada é pesado, o sol é muito quente, é claro que o serviço na sombra te ajuda, mas qualquer serviço braçal é difícil” (Senhor João Domingos).

Entretanto, apesar de ser um trabalho pesado e nem sempre possibilitar o retorno almejado, nota-se que os(as) agricultores(as) trabalham com prazer. Prazer proporcionado pela liberdade de fazer seu próprio horário sem ter patrão cobrando pelo serviço; pelo contato com a natureza; pelo contato com a família; pela tranquilidade do lugar; por verem o esforço de seu trabalho crescendo a cada dia em cada planta que brota:

Eu gosto de roça mesmo, da lavoura. O dia que eu não estou plantando uma coisa, (...) e vejo a terra molhada, o cheiro da terra, e não tem um grão pra plantar, não me sinto bem.

Então, é isso aí que faz, como diz, eu ficar na roça, e acho que é muito difícil eu sair, só Deus mesmo. Sabe: é amor (Senhor Urbano).

Acrescenta outro agricultor:

Se eu precisar de parar nove horas, meio dia, eu posso parar. Não tem problema, não me atrapalha. O que eu não fiz agora, eu faço depois, faço amanhã. Não tem ninguém pra me marcar, correr atrás. Eu gosto dessa liberdade! (Senhor João Domingos).

Para os(as) agricultores(as) familiares existe uma oposição entre trabalho familiar e trabalho assalariado. Enquanto o primeiro representa a condição de ser livre, no trabalho assalariado o homem/mulher não é liberto, pelo contrário, ele(a) é “sujeito”. A sujeição pode-se dar em maior ou menor grau; em maior grau quando o(a) agricultor(a) trabalha para algum fazendeiro ou sai para trabalhar em outras regiões (migração sazonal) para o corte de cana, por exemplo; em menor grau quando trabalha para outro agricultor familiar. Entretanto, em todos os casos ele perde a autonomia do processo de trabalho, e “viver do alugado é cativo”, oposição à liberdade (Wooortmann, 1987, p. 7).

Outro fator que motiva os(as) agricultores(as) a continuarem na lida da roça com jornadas que variam de dez a dezesseis horas diárias, incluindo sábados, domingos e feriados, é a preocupação com a qualidade do alimento ingerido. Os “mantimentos” produzidos no terreno são muito valorizados pela família, que os consideram “alimentos fortes” e de qualidade, uma vez que não utilizam agrotóxicos e sua origem é conhecida.

Contou um dos agricultores que não é possível mais plantar arroz na região, e que toda vez que vai ao mercado adquirir o produto, fica se questionando se aquele arroz foi produzido com o mesmo cuidado que os “mantimentos” produzidos por sua família e que abastecem a mesma:

O arroz que você comia ele tinha as vitaminas, era pilado no pilão. Hoje você come aquele arroz bem beneficiadinho na máquina ali, aquela belezinha, ali só está o miolozinho do

caroço. A vitamina dele, a máquina joga toda fora, o cheiro dele também a máquina tira (Senhor Etelvino).

Diante do exposto, percebe-se que o trabalho é central para a produção e, conseqüentemente, para a reprodução do grupo, sendo que todos os membros da família participam do processo de trabalho.

3.3.1 Divisão do trabalho

Vários estudos sobre a atividade rural indicam que simbolicamente cabem aos homens os serviços da roça, o planejamento das atividades desenvolvidas na lavoura, a venda dos excedentes e a transmissão do saber (Moura, 1978; Heredia, 1979, Woortmann & Woortmann, 1997), sendo que, para o pai de família, vender a produção na feira significa o ganho necessário para “botar de um tudo dentro de casa” (Woortmann, 1987, p. 39).

“Se o homem é o controlador dos espaços produtivos externos à casa, cabe a mulher o governo da mesma” (Woortmann & Woortmann, 1997, p. 37); por isso, na literatura a casa é reconhecida como o lugar da mulher por excelência. O trabalho feminino compreende as atividades da: (1) casa, como limpeza e arrumação, cuidados com os(as) filhos(as) menores e preparação de alimentos; (2) despensa, como moagem e debulha de certas plantas da lavoura, exemplo milho e feijão e, (3) terreiro, como alimentação de aves, porcos, cães e gatos (Moura, 1978).

No alto Jequitinhonha, na esfera de cada terreno as atividades econômicas são desenvolvidas por todos os membros da família. Segundo Galizoni et al. (2006), é preciso compreender como as várias jornadas de trabalho - masculino, feminino, infantil e idosos - são organizadas.

Nessa região, contudo, não se observa a clássica divisão entre trabalho masculino e feminino, tanto no que diz respeito ao trabalho na lavoura quanto na lida com o gado (Galizoni, 2000a). Afirma um agricultor: “As mulheres trabalhavam de enxada a semana toda” (Senhor José Lopes).

No alto Jequitinhonha todas as etapas do trabalho na lavoura são realizadas pelo casal e filhos(as), com exceção da tarefa de roçar “que pela bruteza do serviço, é trabalho masculino realizado pelos adultos da família, mas se a mulher é viúva, separada, sozinha ou se não tem filhos adultos, ela própria faz a tarefa de roçar” (Galizoni, 2000a, p. 19).

Assim, este estudo deixa claro que as mulheres realizam as mesmas atividades que o homem na lavoura: roçam, destocam, plantam, capinam e colhem. Senhor Crispim ao se referir ao quanto que sua irmã trabalha, afirmou: “Ela trabalha igual a homem...ela faz roça, mexe com abelha e vende na feira” (Senhor Crispim).

Além de realizarem todos os serviços da roça, as mulheres realizam também a venda de excedentes - “fazem feira”, tomam parte do planejamento das atividades da unidade familiar, transmitem conhecimentos a seus filhos(as) sobre técnicas de lavoura, assim como participam ativamente dos processos de produção - cachaça, açúcar mascavo, rapadura, doces e farinha de mandioca.

Similarmente, foi possível observar que os homens também realizam os serviços a cargo das mulheres, por exemplo: cuidam da horta, dos animais do terreiro, debulham alimentos, coletam lenha, dentre outros. Na visita realizada no terreno do Senhor Valdino (marido) e Dona Maria Goretti (esposa), enquanto ela estava em um quarto próximo da casa fabricando o açúcar mascavo, o Senhor Valdino cuidava da horta. Já o Senhor André Bento debulhava andu na porta da casa do casal enquanto sua esposa, Dona Jandira, preparava os produtos a serem levados à feira de Turmalina no sábado. Portanto, não se observa rigor absoluto na separação entre o trabalho feminino e masculino; observa-se, contudo, um planejamento do trabalho dentro da unidade familiar.

Vários estudos revelam como as crianças auxiliam no trabalho. Os meninos, a partir de certa idade, participam do processo produtivo, iniciando-se, assim, o ciclo de vida menino-rapaz-homem por meio da transição ajuda-

trabalho-governo (Woortmann & Woortmann, 1997). As meninas, a partir dos 10 anos de idade, freqüentemente passam a assumir parte das tarefas domésticas, cuidam dos animais do terreiro e, ainda, começam a aprender algumas formas de “costura”, incluindo bordado e crochê destinados à venda (Woortmann & Woortmann, 1997). Todavia, realizam também as atividades na roça. Já os idosos participavam de tarefas menores perto da casa ou nas lavouras.

No caso do alto Jequitinhonha, Galizoni (2000a) demonstrou que os casais de agricultores cedem “roçadinhos” a seus filhos(as). Roçadinhos, conforme definido por Woortmann & Woortmann (1997), são pequeno trecho no chão de roça reservados aos filhos(as) para cultivarem. Os produtos cultivados nesses “roçadinhos” são os mesmos plantados na lavoura familiar, e são reservados ao consumo individual do(a) filho(a) que o cultivou, diferentemente dos produtos da lavoura que é para consumo da família (Heredia, 1979).

O importante é que por meio dos roçadinhos e da lavoura familiar, o casal transmite os conhecimentos de gestão e técnica do exercício do trabalho a todos(as) os(as) filhos(as), constituindo, assim, locais de formação para o trabalho.

3.3.2 Migração

De acordo com Woortmann (1990), os agricultores podem realizar três modalidades de migração: a migração sazonal do pai, a migração definitiva e a migração sazonal pré-matrimonial do(a) filho(a). A primeira modalidade acontece para assegurar a permanência no lugar e a posição do pai na hierarquia familiar.

A história do Senhor João Toca, agricultor de 54 anos, é exemplar: realizou a migração, trabalhando duas vezes por ano no corte de lenha nos municípios de João Pinheiro e Pompeu, noroeste de Minas Gerais, onde

permanecia de 30 a 50 dias, todos os anos. Casado, pai de oito filhos(as) com idades que variam de 13 a 27 anos, saía em busca de recursos para melhorar as condições de trabalho de sua família e adquirir bens. Entretanto, a unidade familiar não deixava de produzir, a esposa junto com os(as) filhos(as) realizavam todas as atividades do terreno, enquanto o pai ficava fora. Diz ele: “Tocar o serviço, qualquer um[a] [filho(a)] resolve tudo, até aquele pequenininho já sabe fazer a pinga, moer cana, fazer rapadura” (Senhor João Toca).

Já a migração definitiva, segunda modalidade, visa garantir a integridade do patrimônio familiar (Woortmann, 1990). Pode ocorrer tanto antes da partilha da herança como depois, podendo, assim, o(a) migrante ter menos direito de acesso à terra (Ribeiro & Galizoni, 2000). Isto porque a migração se configura como um processo familiar.

Quando se tem uma área de terra - grande ou pequena -, se tem seis herdeiros, ficam só uns dois ou três. O resto sai fora, vai morar em outro lugar: migrar é o querer da pessoa e a necessidade (José Francisco, lavrador, citado por Galizoni, 2000b, p. 5).

Ribeiro & Galizoni (2000) acrescentam que as saídas femininas são mais definitivas que sazonais. Isto porque as mulheres, frequentemente, têm menores chances de serem herdeiras, sendo, portanto, lógico que procurem outras ocupações (Gouveia, 2003).

A migração definitiva está principalmente relacionada à disponibilidade de terra, ou seja, a insuficiência de terras obriga a que alguns membros da família construam suas vidas em outras regiões como agricultores(as) familiares ou não, buscando, assim, evitar a fragmentação da mesma e garantir a reprodução da família. Segundo um autor:

A migração é a solução mais coerente com o que se poderia chamar uma identidade camponesa: ela permite a reprodução, enquanto camponeses, não só daqueles que migram, mas igualmente daqueles que ficam; ela significa a

busca por novas terras, em outro lugar, e a preservação no lugar de origem. Minha interpretação é a que a própria migração permitiu a continuidade de uma condição camponesa mais confortável nas áreas de origem (Woortmann, 1994, p. 116).

Outra característica encontrada no alto Jequitinhonha é que a migração definitiva reflete uma trajetória familiar, e quem ficou impossibilitado de permanecer na terra, migra em grupo buscando reconstruir em outros locais suas unidades familiares, mas contando com a retaguarda de segurança oferecida pela família até se estabelecerem (Ribeiro, 1993; Galizoni, 2000a). Assim, os(as) agricultores(as) criam redes de solidariedade e apoio para aqueles que precisam migrar. Essa união familiar se dilata pelo espaço geográfico e são reunidos pela força do parentesco (Galizoni, 2000b).

Por fim, tem-se a migração sazonal pré-matrimonial. Esta modalidade objetiva acumular recursos que possibilitarão ao(a) jovem iniciar sua vida de casado(a). Esta desempenha também um significado simbólico, pois é por meio da migração que a pessoa reintegrará a sociedade com seu status transformado de rapaz para homem, visto que saiu do seio familiar e, sozinho, enfrentou o mundo (Woortmann, 1990). Conforme diz um entrevistado: “Eu mesmo não tinha conhecido o mundo. Na roça [a pessoa se] cria dentro de um ovo” (Senhor Antônio Gomes).

Ribeiro (1993) relata que do alto Jequitinhonha, no final da adolescência, os(as) jovens começam a migrar para conhecerem o mundo e definirem se voltam para casa ou saem de vez. O(A) jovem tem até o começo da vida adulta para decidir, mas sua decisão dependerá do “jogo” que se estabelece dentro e fora da unidade família e que será resolvido com o tempo (Galizoni, 2000b).

O Senhor Valdino, agricultor de 48 anos, relatou que, quando era solteiro, migrou trabalhando como cozinheiro em uma usina. Na época, não tinha intenção de continuar na agricultura, mas voltou ao “terreno” dos pais com o objetivo de acumular recursos para comprar um caminhão, no qual

transportaria produtos e pessoas para a usina. Entretanto, quando retornou à unidade familiar, o irmão havia se casado e os pais se encontravam sozinhos. Este fato fez com que ele adiasse seus planos. Posteriormente casou-se, tendo, então, se fixado no terreno: “Acabou, fiquei por aqui mesmo! Casei, adquiri família. (...) Depois que casa não é livre mais, fica pregado no lugar” (Senhor Valdino).

Já o Senhor Aristeu, agricultor de 40 anos, contou que realizou a migração buscando encontrar melhores ocupações e condições de vida em outras regiões, apesar de gostar de trabalhar na agricultura. Contudo, seu objetivo não foi alcançado devido à baixa remuneração obtida e insatisfação de trabalhar para terceiros. Assim, retornou à terra da família, que na época encontrava-se “parada” fixando-se como agricultor.

Essas duas histórias mostram, portanto, que a disponibilidade de terra, o casamento, o assalariamento e a família exercem forte influência na definição de quem fica e quem sai da agricultura familiar.

3.4 Terra e herança

É sobre a terra que as famílias realizam seu trabalho e garantem sua sobrevivência. De acordo com Ribeiro (1993), a terra representa o mais importante meio de produção dos(as) agricultores(as) familiares. Ela é o local de trabalho e sustento e está presente no plano de vida dos(as) agricultores(as) desde a sua adolescência.

Por isso, o acesso a ela é dado pela descendência. Mas, diferentemente, do que instituiu o Código Civil Brasileiro em que todos os(as) filhos(as) têm direitos sobre ela, os(as) agricultores(as) familiares visando a evitar sua fragmentação estabeleceram costumes próprios que simplificam ou ignoram esse Código (Moura, 1978).

Chayanov (1974) analisou a “diferenciação demográfica” entre camponeses. Segundo ele, o número de filhos(as) no campesinato leva a uma contradição: num primeiro momento os(as) filhos(as) são forças de trabalho que possibilitam a produção-reprodução da família e em até certos períodos a produção de excedentes; mas, em outros momentos, esses mesmos filhos(as) são herdeiros(as), comprometendo a reprodução familiar visto a necessidade do excessivo fracionamento da terra (Woortmann & Woortmann, 1997). Portanto, quanto maior o número de filhos(as), maior o trabalho excedente e maior a possibilidade da família acumular terra, mas, também, maior o número de filhos(as) herdeiros(as).

Godoi (1993) verificou que quando os agricultores eram perguntados sobre a herança após a morte dos pais, estes respondiam que o inventário era feito via cartório e a terra dividida entre todos(as) os(as) filhos(as). Entretanto, sua pesquisa revelou que, apesar de terem conhecimento sobre as regras do Código Civil, os(as) agricultores(as) as ignoravam e a terra permanecia indivisa com uma única documentação⁷.

No alto Jequitinhonha, o regime de terras predominante é a “terra no bolo”, ou seja, são glebas familiares com formas de uso, apropriação e domínio privada ou comunitária, mas com os documentos em comum (Galizoni, 2000a). Esse tipo de regime visa garantir a terra em tamanho e condições ambientais mínimas necessárias à permanência dos(as) lavradores(as). Desta forma, o sujeito de “acesso à terra não é um indivíduo, mas sim uma família, entendendo, neste termo, um grupo de parentesco, em que as famílias nucleares são uma de suas faces” (Galizoni, 2000a, p. 44).

⁷ Godoi (1993) estudou a construção do território camponês e analisou as práticas e concepção de sertanejos com relação aos direitos acordados sobre as terras em quatro povoados do sertão do Piauí.

Heredia (1979) observou que a transferência efetiva da terra, da casa e dos animais de uma geração para outra se dava com a morte do chefe de família, o pai. Segundo ela, quando todos(as) os(as) filhos(as) fazem parte da unidade doméstica, o filho mais velho é quem assume a direção do grupo, sendo substituído por outro herdeiro quando se casa.

O caso que segue exemplifica bem o arranjo familiar citado. Quando o Senhor Etelvino perdeu o pai, sua família passou a ser constituída pela mãe e quatro filhos: Sérgio, Maria, Etelvino e José, com respectivamente, 17, 11, 9 e 8 anos de idade na época. Sérgio, o primogênito, logo se casou e abandonou a casa materna, e Maria migrou para o Paraná, restando, somente o caçula e o Senhor Etelvino, que a partir de então assumiu o terreno familiar. Conta ele:

Eu perdi o pai em 57, eu tava com 9 anos de idade. O irmão mais velho, que era mais velho que eu oito anos, de repente casou e a outra (...) foi pro Paraná. Ficou eu mais minha mãe e o irmão caçula. Aí, de repente, foi aí com mais ou menos 10, 12, 15 anos, eu já tinha que ser dono de casa. Desde essa época até hoje, a fumaça teve que ser muito por minha conta (Senhor Etelvino).

Em situação contrária, quando a maioria dos(as) filhos(as) já não faz parte do grupo doméstico, a casa e a terra são transferidas ao filho mais novo (caçula), independente do sexo, uma vez que este será o último a abandonar o grupo doméstico e é quem ajudará aos pais durante o período de declínio produtivo (Heredia, 1979).

Este é o caso do Senhor Urbano, caçula dentre os nove irmãos(ãs), herdeiro do terreno da mãe. Contou que era muito apegado aos pais, “aquele amor, como diz que não sei se terá igual” e, que os acompanhou no final da vida: “Vim presenciar o resto de vida dos meus pais”.

O caso demonstrado acima privilegia o ultimogênito como herdeiro. Contudo, a primogenitura também pode ser observada conforme relatada por Sant’Ana & Costa (2004) em estudo realizado em três municípios da mesorregião de São José do Rio Preto (SP). Os autores, corroborando com

Moura (1978) e Woortmann (1994), constataram que na partilha da herança ocorre a exclusão das mulheres, embora estas recebam um dote ou compensação.

Galizoni (2000a) relata que no alto Jequitinhonha a mulher às vezes é herdeira, o que pode ser justificado pelo fato da mulher colocar trabalho sobre a terra, realizando as mesmas tarefas que os homens. Esclarece, ainda, que a mulher:

(...) não é privada da terra, principalmente porque trabalha na lavoura, e através dos produtos de seu trabalho constrói seu direito. Mas há grande distância entre construir seu direito e efetivá-lo, e neste campo a mulher, em casos de demanda, pode levar desvantagem; a não ser quando casada ou, se viúva ou solteira, possuir filhos maiores que garantam concretamente o espaço de trabalho (Galizoni, 2000a, p. 76).

O freqüente é a transferência do terreno herdado pela filha para seu irmão, em troca de dinheiro que seu marido empregará para a compra de terra da herança de sua irmã. Isto ocorre porque raramente é possível a união física dos terrenos herdados pelo casal, pois se trata, quase sempre, de lotes distanciados entre si. Desta forma, a circulação de terras entre os grupos familiares permite a aquisição de um terreno contíguo ao originalmente possuído pelo homem (Moura, 1978; Woortmann, 1994).

Essas vendas de “preferência”, “união” ou ainda “consideração” são observadas, ainda, com outros parentes e objetivam evitar a venda de terras para pessoas fora do grupo familiar (Moura, 1978). Normalmente, o(a) herdeiro(a) prefere vender a parte recebida a outro(a) herdeiro(a), e, quando não é possível, procura por um comprador parente, do qual é cobrado um preço mais baixo para favorecer a transação (Heredia, 1979).

Se, conforme demonstrado até agora, a herança é um problema quando existem vários(as) herdeiros(as), a situação contrária também é complicada. A solução encontrada, quando não existem herdeiros(as) no empreendimento familiar, acha-se na relação padrinho e afilhado. Woortmann & Woortmann

(1997, p. 47) esclarecem que, quando isso ocorre, o sitiante adota afilhados, que para ele trabalham como se fossem filhos, tornando-se, posteriormente, herdeiros. Essa relação busca corrigir a composição do grupo doméstico.

Portanto, os padrões de herança variam, e quase sempre refletem uma imposição ou adaptação realizada pelo grupo doméstico.

3.5 Sucessão

A sucessão, formação de novas gerações de agricultores, é um processo que envolve três componentes: a transferência patrimonial; a continuação da atividade profissional paterna; a retirada das gerações mais velhas da gestão do patrimônio. No primeiro componente ocorre a transmissão da terra e dos ativos existentes para a próxima geração; o segundo componente envolve a passagem da gerência e da capacidade de utilização do patrimônio; o último acontece quando diminui o trabalho e o poder da atual geração sobre os ativos que compõem a unidade familiar de produção (Abramovay, 1998; Gasson & Errigton, 1993, citados por Silvestro et al., 2001; Mello et al., 2003a; Sacco dos Anjos & Caldas, 2006).

Sacco dos Anjos & Caldas (2006, p. 187) acrescentam que na agricultura familiar a sucessão é “um verdadeiro código cultural que orienta escolhas e procedimentos dirigidos a garantir com que, pelo menos, um dos sucessores possa reproduzir a situação original”.

De acordo com Ribeiro (1998/1999), compete à família transmitir os conhecimentos de gestão e técnica do trabalho a todos(as) os(as) filhos(as) e aqueles que apresentarem maior “vocaçãõ” serão preparados para serem sucessores(as) do empreendimento familiar.

Percebe-se, contudo, que a família ao mesmo tempo em que avalia a “inclinação” do(a) filho(a), também a constrói. Senhor João Toca e Dona Santa têm oito filhos, e afirmaram que o caçula dos homens não tem “vocaçãõ” para os

serviços da roça: “Ele não é muito chegado não, capinar não é com ele não, gosta de mexer com gente, olha o corpinho dele, ele tá fraco” (Dona Santa). Já o Senhor Agostinho foi preparado pelo pai para se tornar sucessor desde cedo. Família com oito filhos, composta por sete mulheres e somente ele de homem, a família o construiu para se tornar sucessor:

Porque eu, quando era novo, queria ir pra São Paulo, aprender a dirigir, trabalhar com transporte. Meu sonho era esse. Mas papai já falava que todo motorista era mentiroso, que não acreditava em motorista e esse negócio foi me afastando (Senhor Agostinho).

Percebe-se que tanto os(as) sucessores(as) quanto os(as) herdeiros(as) ou os(as) filhos(as) que devem migrar são socialmente construídos. Woortmann (1994), ao pesquisar os habitantes de Lagoa da Mata e Dois Irmãos, em Sergipe e no Rio Grande do Sul, respectivamente, constatou que havia uma avaliação simbólica: “o filho fisicamente fraco e inteligente” era estimulado a estudar; aquele “forte e possuidor do espírito empreendedor” era encorajado a migrar; e o filho “forte e resistente” era instigado a se tornar o sucessor. Mas essa era uma avaliação da família.

Vários estudos revelam que houve uma ruptura nos padrões sucessórios que predominaram até meados dos anos 1960. Woortmann (1994) observou que os(as) filhos(as) dos camponeses cada vez mais estão deixando de valorizar “uma existência de colono”, preferindo trabalhar em fábricas. Nas duas regiões do Rio Grande do Sul estudadas pela autora, a posição do sucessor passou a ser vista como uma prisão. Verificou, ainda que “o ‘nós’ coletivo da família tende a ser substituído pelo ‘eu’ de cada indivíduo”, demonstrando, assim, a dissolução do vínculo do indivíduo com a unidade familiar. Igualmente, Carneiro (1998), em pesquisa realizada na região de São Pedro da Serra (RJ) e Nova Pádua (RS), constatou que a regra tradicional de que o filho mais novo era quem ficava no terreno paterno deixou de vigorar em função dos projetos e aptidões individuais. Silvestro et al. (2001) observaram que a ausência de sucessores no oeste de

Santa Catarina deve-se ao fato de que os(as) filhos(as) de agricultores(as) vêm deixando o patrimônio familiar por encontrarem oportunidades mais promissoras de elevação de renda fora do meio rural.

Pesquisa realizada por Mello et al. (2003a) no oeste de Santa Catarina revelou que até o final dos anos 60, os(as) agricultores(as) familiares produziam, além de alimentos, novas unidades familiares de produção. Segundo eles, havia nesse período uma fusão entre os objetivos da unidade produtiva e as aspirações individuais de seus membros, sendo “muito forte a pressão moral, tanto da família como da comunidade, para a continuidade da profissão de agricultor”.

Analisando o perfil da agricultura familiar em 2003, os pesquisadores observaram que existe “um forte indicativo de que o futuro da unidade produtiva será jogado entre as alternativas que os potenciais sucessores encontrarem pela frente” e que “a profissão de agricultor perde o caráter ‘moral’ que já teve no passado e coloca-se como uma possibilidade entre outras”. Essas conclusões mostraram que a fusão que existia entre o destino da unidade produtiva e o da própria família acabaram (Mello et al., 2003a, p. 16).

Essas causas apontam as dificuldades de formação de novas unidades produtivas e o desejo de muitos(as) jovens não reproduzirem o papel de seus pais. Há, contudo outros fatores que contribuem para agravar esse quadro. De acordo com Silvestro et al. (2001), nos últimos anos, o tamanho das famílias rurais tem diminuído de maneira nítida, provocando, segundo Camarano & Abramovay (1998), a queda da fecundidade dessa população. Ribeiro (1998/1999) observou que entre os anos de 1970 e 1990, o Brasil rural passou de famílias com 10 ou mais filhos(as) para o número de filhos(as) em torno de 2,1 por mulher. A redução do número de filhos(as) por casal reduziu, logicamente, o número de herdeiros(as) potenciais para a unidade familiar. Aliada a esta transformação demográfica ocorreu, ainda, intensificação das migrações, masculinização e envelhecimento da população rural.

A migração, de acordo com Mello et al. (2003b, p. 4), é um fenômeno bastante expressivo entre a população jovem do meio rural. Silvestro et al. (2001) acrescentam que este fenômeno é provocado, principalmente, pela falta de horizonte promissor no campo. Entretanto, os(as) jovens são detentores(as) de saber técnico altamente qualificado que é apreendido ao longo da vida no campo, sendo também a força vital para renovação da agricultura familiar (Mello et al., 2003b).

Observa-se, ainda, que o processo migratório é mais intenso para jovens do sexo feminino. Estudos realizados em 1995 pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) mostraram que havia 5,2 milhões de homens a mais que mulheres na zona rural latino-americana; e que entre 15 e 29 anos, esta diferença chegava a 1,8 milhões - situação média bem próxima a do Brasil (Camarano & Abramovay, 1999). Levantam, ainda, três hipóteses que justificariam a masculinização da população rural: aumento da oferta de trabalho para moças no setor de serviços; caráter seletivo das dinâmicas familiares que incentivam as moças a migrarem; e maior valorização dos estudos das moças que dos rapazes.

Quanto ao envelhecimento da população rural destacam-se como fatores: a redução absoluta e relativa da participação da população jovem no campo, o retorno da população aposentada ao campo, a redução das taxas de fecundidade e o aumento da expectativa de vida do brasileiro (Mello et al., 2003b; Sacco dos Anjos & Caldas, 2005). Ressaltam ainda que, com o aumento na expectativa de vida profissional dos pais, o período de inter-relações de trabalho entre pais e filhos(as) ampliou, levando os(as) jovens a buscarem alternativas de ocupações fora do meio rural (Mello et al., 2003a).

Outra limitação observada, a partir da década de 1990, foi o declínio na rentabilidade do setor produtivo agropecuário, motivado pela: “abertura da economia às importações, ausência de crédito rural e política clara para o setor,

importação de produtos subsidiados” (Lopes, citado por Ribeiro, 1998/1999, p. 282; Sacco dos Anjos & Caldas, 2006). Além da queda dos preços dos produtos agrícolas, a capacidade declinante da agricultura em ocupar a população economicamente ativa do campo impeliu também o crescimento no número de pessoas absorvidas em atividades extra-agrícolas. Isto porque os(as) agricultores(as) viram-se obrigados(as) a buscarem fontes adicionais de renda para assegurar o atendimento das necessidades familiares (Sacco dos Anjos & Caldas, 2006).

Verificou-se, também, que o espaço rural deixou de ser exclusivamente um mundo agrícola, uma vez que, a partir da década de 90, passou a incluir novos papéis (lazer, turismo, residência, preservação cultural, etc) (Rosa, 1999), os quais ultrapassam a esfera estrita de produção de alimentos e matérias-primas. Os serviços na área turística e doméstica constituíram-se, num primeiro passo, na tentativa de integração urbana (Sacco dos Anjos & Caldas, 2006).

Todos esses fatores têm colocado desafios para a renovação da força de trabalho rural e conseqüentemente a reprodução da agricultura familiar.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Indo de Diamantina, em sentido aos municípios estudados, avista-se primeiro Veredinha e alguns poucos quilômetros adiante Turmalina. Da estrada é possível vislumbrar as chapadas e grotas, e nelas casas bastante dispersas umas das outras onde habitam os(as) agricultores(as) familiares. Vistas de longe as casas parecem pequenos pontos brancos. É uma visão encantadora: vasta área coberta por várias tonalidades de verde com pontos brancos ou escuros fixos (casas) ou móveis (gado) emoldurada pelo céu muito azul quase sempre sem nuvens e, quando estas últimas estão presentes, formam-se sombras tornando a região ainda mais bela.

Para chegar às casas dos(as) agricultores(as) percorrem-se estradas de terra muito vermelha e fina. A estrada é formada por diversas subidas e descidas, e a cada topo alcançado tem-se uma sensação de conquista e liberdade. Às vezes, para chegar a essas casas é preciso atravessar cursos d'água, cruzar outros terrenos, abrir diversas cancelas, caminhar alguns trechos, onde é arriscado passar de carro ou moto. Mas qualquer percalço encontrado pelo caminho torna-se insignificante diante da satisfação, alegria e cortesia do acolhimento com que os moradores e moradoras recebem seus visitantes.

Ao se avistar a casa vê-se a construção e um espaço livre à sua volta: o terreiro. Os primeiros a aparecerem são sempre os cachorros que recebem os visitantes com bastante alvoroço e latidos, na sua grande maioria extremamente dóceis. Os cães habitam o terreiro assim como os frangos, galinhas e galos que são criados soltos nesse espaço; por esse motivo a horta normalmente é cercada. Já os porcos são criados em cercados assim como o gado que possuem um curral; entretanto, estes últimos também gozam do prazer da liberdade, uma vez que são soltos para pastarem em áreas no próprio terreno do(a) agricultor(a) ou em áreas comunitárias, às soltas.

No terreiro encontram-se ainda árvores frutíferas, alguns cultivos, um quarto, cômodo ou galpão onde são produzidos açúcar mascavo, rapadura, cachaça, farinha de milho ou mandioca e artesanato. Nas casas onde ocorre a produção de açúcar ou rapadura o ar possui um delicioso aroma adocicado.

As casas são muito similares e em sua maioria bem conservadas, com paredes pintadas de branco e janelas e portas de madeira, cobertas por telhas de barro e compostas em média por sete cômodos: sala, sala de jantar, cozinha, dispensa, dois ou três quartos e banheiro. A sala localiza-se no extremo oposto da cozinha, não é muito grande mas o espaço é suficiente para se ter um ou dois sofás forrado em tecido ladeado por uma mesinha. Na parede em frente ao sofá ficam algumas fotografias de familiares ou quadros com santos católicos; e à esquerda tem-se uma estante onde é colocada a televisão e o aparelho de som, quando existentes. Na sala existem duas janelas, uma ao lado da porta de entrada e outra na parede à direita; deste modo, tem-se um local bastante arejado, fresco e confortável e onde são recebidas as visitas.

Depois vem a sala de jantar onde se encontra uma mesa grande com seis cadeiras em média, pronta a receber uma família com muitos(as) filhos(as). Os quartos são locais reservados somente ao trânsito dos membros da família e encontram-se quase sempre fechados ou por portas em madeira ou por cortinas de pano.

Já a cozinha é muito ampla e de sua porta vêem-se uma grande mesa de madeira, cadeiras e bancos. Nos cantos encontram-se a geladeira, o armário, a pia e o fogão, às vezes o fogão é a gás mas sempre o fogão à lenha está presente. A cozinha é o ambiente da casa mais visitado, pois é nela que são servidas as refeições e a família se reúne para conversar enquanto tomam café e comem as quitandas: biscoito de polvilho, bolos e pães, tudo feito pelos membros da família.

O ar puro enriquecido pelo odor de frutas, o silêncio que só é cortado pelo mugido de uma vaca ou pelo canto de pássaros ou pelo barulho do vento balançando os galhos das árvores, transmitem muita paz aos moradores(as), assim como aos visitantes que se sentem revigorados depois de terem estado ali.

4.1 Geração atual

Depois de descrito o ambiente onde vivem os(as) agricultores(as) familiares e os(as) jovens rurais, passa-se a seguir a apresentação dos resultados da pesquisa a partir do núcleo básico de estudo: o casal.

4.1.1 O casal

Foram entrevistados 40 casais de agricultores familiares das diversas comunidades de Turmalina e Veredinha; destes, 6 são classificadas como agricultores de maior renda, 14 como agricultores de média renda e 20 como agricultores de renda mais baixa, todas representativas em sua respectiva classificação. A idade média do casal de agricultores pouco varia em função da renda e a idade das mulheres em relação aos homens é sempre inferior em todas as faixas de classificação. Já o número de filhos por casal decresce com o acréscimo de renda, conforme demonstrado na Tabela 4.

TABELA 4: Caracterização das famílias de agricultores pesquisadas quanto à idade do casal, número e sexo dos filhos.

Classificação das Famílias	Idade Média do Homem (anos)	Idade Média da Mulher (anos)	Número de Filhos por Casal	Percentual de Filhos Homens	Percentual de Filhas Mulheres
Menor renda	50,1	45,5	4,5	53,4	46,6
Média renda	51,9	46,0	4,2	53,7	46,3
Maior renda	51,2	46,8	3,5	52,4	47,6

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Cabe destacar que esses casais são provenientes de famílias com uma média de filhos(as) de 6,32 por casal. Esse dado mostra que ocorreu uma queda da fecundidade das mulheres rurais da região.

Narrou o Senhor Etelevino, agricultor de 59 anos, que os jovens de seu tempo eram “cativos” dos pais, ou seja, os(as) filhos(as) respeitavam e obedeciam às determinações e conselhos dos mesmos, tanto sobre as questões corriqueiras quanto sobre decisões fundamentais de suas vidas, tais como casamento e migração.

Porque antes era assim: toda família era cativa do pai, era segura na barra da calça do pai, na barra da saia da mãe. Então, o que a mãe dizia pras filhas, o pai dizia pros filhos, era atendido. Pode, pode; não pode, não pode; vai, vai; num vai, não vai. Era desse tipo. Eu mesmo, perguntava: - Oh mãe! Eu posso ir domingo na rua? [respondia a mãe]: - Pode não. Na rua, meu filho, só dá o que não presta, lá dá beberagem, tudo que for ruim você acha lá na rua. Lá, hoje, você não pode ir lá hoje não, domingo que vem às vezes eu vou, você vai lá mais eu! E eu ficava praqui, prali! (Senhor Etelevino).

No casamento, os pais indicavam e/ou advertiam sobre os(as) pretendentes que poderiam se tornar ou não bons maridos ou esposas para suas filhas e filhos; alguns até “mandavam” na vida dos(as) filhos(as) depois de casados(as), incentivando-os a trabalharem e adquirirem sua própria terra⁸.

Ele [pai da moça] olhava o trabalho do rapaz. Se ele era um trabalhador, honesto, sabia aproveitar o trabalho dele, então o pai confiava. Às vezes ia até lá e perguntava: - Você não que casar com minha filha, não? Se fosse um meio preguiçoso, ele ia falar: - Oh fulano, fulana tá nova, não tem idade pra casar (Senhor Etelevino).

⁸ De acordo com Woortmann (1994), em sociedades rurais muitas vezes o casamento não é uma escolha individual, visto que não são duas pessoas que se casam, mas duas famílias que entram em acordo.

O Senhor José Bento menciona que havia nas comunidades interação entre os(as) moradores(as) que participavam de festas, atividades religiosas, brincadeiras de roda, cantorias, jogos de futebol, caçadas a animais, pescarias, dentre outras atividades. Diz um agricultor: “No meu tempo, a gente foi criado todo mundo aqui na região. Se existisse uma festinha, era na roça” (Senhor Urbano).

A maioria dos casais se formava com jovens da própria região e normalmente eram filhos(as) de agricultores familiares.

4.1.2 Formação para o trabalho

Esses(as) agricultores(as) familiares se iniciaram bem jovens no aprendizado do trabalho na terra junto à família. Um dos agricultores contou que começou a aprender as técnicas de lavoura a partir de sete anos de idade: “Foi com sete anos, felizmente, que eu comecei a trabalhar mais meu pai. Fazia pouca coisa, mas já tava na roça” (Senhor Etelvino).

Os ensinamentos começam com os(as) filhos(as) pequenos(as) observando diariamente o trabalho dos pais. Realizam pequenas tarefas e, à medida que vão crescendo, o trabalho vai se intensificando até dominarem todas as atividades desenvolvidas na unidade familiar.

A transmissão do saber faz-se no próprio trabalho, que é o fazer-aprender. O pai explica detalhadamente como o serviço deve ser feito, depois todos(as) os(as) filhos(as) começavam a trabalhar, o pai fica supervisionando, corrigindo e explicando a atividade até que todos(as) dominem a técnica:

Eu ia pra jogar tolete, mandioca na cova, semente... umas coisas assim. Ele [pai] no canto da área olhando, dizia: - ‘Você está pondo semente demais! A gente põe esse tanto de semente aqui! Não pode pôr mais não, senão não presta essa rama de mandioca!’ – ‘Não pode pôr ela atravessada na cova não! Tem que por ela certinha no fundo da cova!’ Era aquela explicação, mas trabalhava o dia todo (Senhor Ailton).

Os(as) filhos(as) dos agricultores(as) familiares aprendem a roçar, carpir, plantar, produzir cachaça, farinha de mandioca e/ou milho, açúcar mascavo, artesanato e, principalmente, como gerenciar a unidade de produção:

Acho que o melhor da minha aprendizagem com meu pai foi minha administração no trabalho. Administração porque o meu pai sabia muito administrar e hoje, se a gente for mexer com qualquer negócio, se não souber administrar não chega a lugar nenhum. Procuro gastar menos, saber custo de produção, analisar a forma de trabalhar para economizar mais e ter mais produção. Ter mais rendimento com custo de produção mais baixo (Senhor Aristeu).

Portanto, a capacitação realizada permite que os(as) filhos(as) dominem tanto as técnicas em sentido estrito quanto aprendem a ser gestores(as) para a unidade de produção.

Quando se pergunta aos(as) agricultores(as) com quem aprenderam o trabalho na terra, a grande maioria responde que foi com o pai: “o pai levava a gente pra roça e ia ensinando a trabalhar” (Senhor Isaias). Somente nos casos em que o pai havia falecido deixando filhos(as) pequenos(as) que os(as) agricultores(as) respondiam ter aprendido com a mãe e/ou irmão mais velho. Dos casais entrevistados, somente 17,5% disseram que aprenderam as técnicas de manejo da terra com a mãe. Mas, dizer que o pai é o principal responsável pelos ensinamentos não exclui os outros membros do grupo familiar do processo ensino-aprendizado, uma vez que os ensinamentos são passados pelo conjunto da família. Por trabalharem reunidos, a socialização do conhecimento é realizada por todos os membros da unidade familiar e a troca de saber e experiência ocorre de maneira espontânea.

Esses(as) agricultores(as) também se constituem em importantes atores na transmissão e socialização do saber. Visitar ou ser visitado por um(a) vizinho(a) permite que um aprenda com o outro: “Eu mesmo, gosto de sair de vez em quando, ir num vizinho, porque toda hora que você sai, você aprende mais alguma coisa” (Senhor Ailton).

Dessa maneira, eles(as) tomam conhecimentos de novas técnicas de plantio; de manejo de terra; de insumos para evitar ou reduzir pragas; de maneiras de tratar dos animais; de produtos, que até então não eram plantados na região e que alguém experimentou e deu certo. Têm acesso a informações sobre instrumentos ou ferramentas que facilitam o trabalho do(a) agricultor(a) familiar, tais como: ordenha mecânica, exaustor, tacho elétrico, moedor de cana elétrica, máquina para “amassar o açúcar”, dentre outros. Eles explicam:

A gente está fazendo um serviço no plantar, por exemplo; eu tenho um sistema de planta de um jeito, tem um outro que já tem outro sistema. Então, quando a gente vai conversando um com o outro, ele já vai falar pra gente: - ‘Oh moço, esse sistema é melhor’! (Senhor João Toca).

A ordenha mesmo foi em conversas com pessoas que mexe com ordenha, eu comprei. (...) Então acaba que vimos inseminação [artificial] também. Foi troca de conversa. Nós mexemos hoje é com inseminação (Senhor Agostinho).

A interação dos(as) agricultores(as) permite que novas idéias e novos hábitos sejam criados, transformando, lenta e gradativamente a técnica agrícola, permitindo a perpetuação da agricultura familiar como organização de produção. Um agricultor de 57 anos contou que, na época de seus pais, plantava-se somente os alimentos da região em quantidade suficiente para alimentar o grupo familiar: “Naquele tempo, você não tinha uma noção de diversificar. Eu vim conhecer repolho com 22 anos. Praticamente quase toda coisa de horta, eu vim conhecer numa certa idade” (Senhor Vicente).

Acrescenta, ainda, que em seu terreno, busca diversificação de atividades, pois esta melhorou a qualidade de vida de sua família, uma vez que não depende somente de um ou poucos produtos para se manterem:

Hoje você tem uma hortinha no fundo do quintal, você tem uma galinha, um porco. Você tem a vaca e vai fazendo, de repente no fundo do quintal, você faz um tanquinho lá e cria um peixe, e é sucessivamente desse jeito. Aí a agricultura, quando uma coisa não está dando certo, às vezes a outra está

dando alguma coisa. Hoje a fruta está praticamente dominando na agricultura, antes você não plantava um pé de laranja, um pé de banana (Senhor Vicente).

Esses(as) agricultores(as) são conscientes, ainda, quanto à importância de buscarem novos conhecimentos junto às organizações governamentais, não-governamentais e sindicatos, como vetores de aprendizado e inovação. As principais instituições citadas pelos(as) agricultores(as) foram: Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV), Associação de Promoção ao Lavrador e Assistência ao Menor de Turmalina (APLAMT), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER) e Associações Comunitárias.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais foi citado por 72,5% dos casais entrevistados. De acordo com eles, as principais contribuições desse órgão é o apoio em demandas jurídicas, aposentadoria e salário maternidade. Alguns agricultores(as) citaram, ainda, que o sindicato vendia sementes, adubos e ferramentas a custos reduzidos, mas que isso já não acontece mais, visto que o STR optou por não trabalhar com questões produtivas, delegando essa função ao CAV, criado por iniciativa do mesmo.

Já o CAV foi citado por 47,5% dos casais entrevistados. Trata-se de uma organização não governamental fundada em 1994, que busca favorecer as condições de vida dos(as) produtores(as) da região; dedicado a encontrar sistemas produtivos sustentáveis, replicáveis e de baixo custo (Galizoni et al., 2006).

De acordo com os(as) agricultores(as), o CAV muito contribui para suas vidas, uma vez que proporciona cursos de capacitação que ajudam nas suas rotinas da roça, além de permitir a troca de experiência entre os(as) agricultores(as) no decorrer dos mesmos. Os cursos são sempre voltados às atividades que estes executam em seus terrenos ou que começam a desenvolver

após a realização do curso, tais como: produção de cachaça, açúcar mascavo, criação de abelhas, horticultura, produção de muda e viveiro, dentre outros.

O CAV contribuiu, ainda, para o fortalecimento das feiras-livres; dando apoio às Escolas Famílias; facilitando o diálogo e integração entre os(as) agricultores(as); prestando assistência técnica tanto no terreno do(a) agricultor(a) quanto no escritório e motivando-os(as). Conta um agricultor que: “O CAV apóia, incentiva, (...) corre atrás de projeto pra está melhorando a agricultura familiar” (Senhor João Domingos). Outro agricultor acrescenta: “O CAV ajuda a gente muito porque qualquer uma dúvida que a gente tiver pode ir lá (...) ou eles vêm ajudar a gente” (Senhor Valdino).

A APLAMT atua em Turmalina há 13 anos e busca atender as necessidades básicas de crianças de famílias de renda baixa, assim como coopera para a melhoria da agricultura e o aumento da produção e produtividade do(a) trabalhador(a) rural. Essa associação foi citada por 17,5% dos casais, principalmente por fornecer insumos a custos reduzidos (telas, arames, adubos, ferramentas) e cursos de aperfeiçoamento aos(as) agricultores(as) da região.

A EMATER foi citada por 7,5% dos casais, seguida do SENAR com 2,5%. Apesar de terem sido citadas, nota-se que a repercussão destas organizações junto aos(as) agricultores(as) familiares é bastante reduzida. Por fim, cabe destacar a atuação das Associações Comunitárias, lembradas por 22,5% dos entrevistados(as). Trata-se de associações articuladas pelos(as) moradores(as) das várias comunidades rurais e/ou associações de classe, tais como: dos(as) apicultores(as), dos(as) artesãos(ã) e dos(as) feirantes. Um agricultor relata que: “Pela associação a gente consegue fazer uns projetinho...” (Senhor João Toca).

De acordo com Mello et al. (2003b, p. 10), o conjunto acumulado de conhecimentos transmitidos e progressivamente incorporados pelas gerações é a base de sustentação cultural,

que permite ao agricultor entender e interagir com o mundo no qual está inserido, formada pelo conhecimento do meio, pelo domínio das técnicas tradicionais, pelos contatos úteis em termos de serviços e acesso aos mercados, também possibilita ampliar as habilidades do agricultor e assim desempenhar as atividades tradicionalmente desenvolvidas pela agricultura familiar.

Ribeiro et al. (2005, p. 69) mostraram que os(as) agricultores(as) da região do alto Jequitinhonha conhecem o solo pelo tipo de vegetação (presente ou não) na área, o que lhes permite ajustar as plantas às diferentes terras disponíveis, “num método inverso à ciência dos solos, que ajusta a terra às plantas”. Nessa região existe, portanto, um conjunto de conhecimentos acumulado pelos(as) agricultores(as) que faz parte do patrimônio da família e que é transferido para os(as) filhos(as) junto com a terra. Cabe ressaltar que muito desses conhecimentos são especializados.

Foi possível encontrar entre os(as) agricultores(as) aqueles(as) que eram “especialistas” (Calixto, 2002) em determinados assuntos, isto porque possuem habilidades que os diferenciam dos demais, tais como vasto conhecimento sobre plantas e animais⁹. Um dos agricultores relatou que os conhecimentos adquiridos sobre plantas medicinais e tóxicas, ele aprendeu sozinho, com “a mexida mesmo, com a lida” (Senhor Urbano). Mencionou, ainda, que sabe várias técnicas de manejo animal e que em quase todos os problemas relacionados com criação os(as) agricultores(as) das comunidades procuram por ele:

É igual com criação, eu faço várias coisas, como operar. Até cesariana eu já fiz numa porca, sabe, e deu certo, como diz, fiz e aprovou, mãe e filha, todos, escaparam. E então, eu sei mexer com tudo. Até aqui na região, quase todo lugar que dá um problema o pessoal vem atrás de mim pra ver o que é na criação. Então eu conheço bastante também sobre isso (Senhor Urbano).

⁹ O conceito de “especialistas” utilizado por Calixto (2002) foi adaptado de Brandão (1986) que definiu como depositários do saber nas comunidades rurais pessoas que se tornavam referência em uma determinada área de conhecimento. São pessoas indicadas, solicitadas e referência em saberes específicos e adaptados (Brandão, 1986, citado por Calixto, 2002, p. 5).

Assim como Senhor Urbano, o Senhor Vicente também é um conhecedor de animais, sendo considerado pela comunidade um “veterinário da vida”. Contou este agricultor que aprendeu a trabalhar com os animais no “acertar e errar” porque, segundo ele, chamar um veterinário no terreno é “muito custoso”. Assim, os(as) agricultores(as) da região optam por seus serviços. Entretanto, existe o risco do atendimento fracassar, mas os fracassos servem também de experiência para as próximas demandas:

Tem coisas nessas áreas aí que, hoje, se acontecer, eu domino bem ou mais ou menos justamente por eu errar e acertar, algumas coisas. Você não só acerta, é um risco; mas quando você ver, chama um veterinário na propriedade, você vai gastar um valor que, né? Aí, o que acontece: você pega e arrisca alguma coisa, e nesse arrisco acaba que alguma coisa dá certo; outras pode dar errado, mas alguma dá certo (Senhor Vicente).

Desta forma, o conhecimento é acumulado, aprimorado e passado de geração para geração.

Inclusive, esse menino meu [filho de 25 anos], faz muita coisa. Ele praticamente já ta ocupando o meu espaço. Tem coisas que eu já não vou fazer mais, ele que é chamado (Senhor Vicente).

A migração também se constitui em espaço de aprendizado para o(a) agricultor(a), pois permite o intercâmbio de conhecimentos de outras regiões com os saberes locais.

Os(as) agricultores(as) relatam que com a migração foi possível aprender novas técnicas de lavoura, e com isso cultivar produtos até então não produzidos na região, citando como exemplo a uva e o tomate.

Nessa migração [aprendi] o espaço [espaçamento do cultivo]. Muitas vezes, você usa uma planta num espaço muito pouco, a planta não agradece, como a outra. Com um espaço melhora um pouco, conforme o plantio. E outra também que eu trouxe de lá (...) é largura de espaço do canteiro. Canteiro quando é muito largo fica ruim cuidar, espaço normal, assim, dá pra cuidar de lá e de cá (Senhor Crispim).

Contaram, ainda, que migrar possibilitou a oportunidade de aprender a conviver com outras pessoas; adquirir conhecimentos sobre a vida fora do município; ampliar o círculo social, visto que em outros lugares fizeram amizades; dominar outros ofícios, tais como: carpintaria, pedreiro ou cozinheiro. Já as mulheres desenvolviam, principalmente, as ocupações de domésticas em casas de famílias, onde permaneciam trabalhando, em média, dois anos.

Analisando os dados das entrevistas realizadas verificou-se que, aproximadamente, 32% das mulheres e 72% dos homens realizaram migração sazonal, ou seja, homens e mulheres saíram de seus lugares de origem para trabalharem algum tempo em outras regiões. Os principais destinos destes(as) agricultores(as) foram os estados de São Paulo, Paraná, Goiás, Rio de Janeiro e Minas Gerais; neste último estado, principalmente, os municípios de João Pinheiro, Curvelo, Pompéu, Belo Horizonte e Paracatu. Cabe esclarecer que estes destinos são datados e localizados. Ribeiro (1993) revelou que os agricultores familiares do Vale do Jequitinhonha participaram de trabalhos temporários em quase todas as frentes agrícolas do país: Paraná (1960 a 1970), Mucury (1930 a 1960), Sul de Goiás (1960-1970) e Mato Grosso (1950 a 1970); e depois de esgotadas as frentes, na construção civil (1970) e corte de cana em São Paulo (1980 a 1990).

Aproximadamente, 40% desses(as) agricultores(as) consideraram a migração sazonal um “sofrimento”, dado o baixo salário, as condições de trabalho, a saudade da família e por gostarem do serviço da roça. Dizem, por exemplo:

Eu achei que cidade fosse melhor pra mim, mas achei foi um quebra cabeça, não deu para continuar. Nasci aqui, (...) eu tava lá, mas contrariado. Minha vontade era voltar pra roça mesmo. O que eu sei fazer mesmo é mexer com roça, e não adianta: quando nasce pra fazer uma coisa... (Senhor Ailton).

As idades que os agricultores migraram variam. Alguns começaram a migrar com 12 anos, outros com 25 anos e outros somente depois de casados. Contudo, a grande maioria deles migrou quando solteiro, tendo alguns saído depois de casados somente mais duas ou três vezes.

Os dados coletados mostraram que a renda tem forte influência sobre a migração. Isso comprova a necessidade dos(as) agricultores(as) buscarem recursos em outras localidades para “comprar um gado, construir uma farinheira, botar diarista para fazer uma roça mais avantajada, comprar um lotezinho de terra para acrescentar ao que está herdando” (Ribeiro, 1993, p. 29).

Os agricultores, quando solteiros, permaneciam em outras regiões, em média seis meses por ano durante oito anos, trabalhando principalmente em lavouras, cortes de lenha ou cana. Observou-se, também, que a maioria dos(as) jovens migrantes optava por trabalhar em outras regiões no “tempo da seca”, retornando no “tempo das águas” para ajudar as famílias nas atividades da lavoura. O ganho com as viagens de solteiro(a) foi fundamental para adquirirem moto, som e gado, este último posteriormente transformou-se em um terreno para iniciarem sua vida como lavradores(as) autônomos(as).

4.1.3 Patrimonialização

Cada agricultor(a), junto à sua família, cria sua própria estratégia para aquisição e melhoria de seu terreno. Entretanto, as histórias contadas pelos casais trazem muitos pontos em comum.

Primeiramente, mostram que para conseguirem patrimonializar-se é preciso trabalhar. Posteriormente, demonstram que é preciso “fazer economia”, gerar “sobra”, “cortando um dedo e emendando no outro!”, que para eles(as) quer dizer buscar formas de maximizar os excedentes; seja aumentando o tamanho da lavoura, seja diversificando para reduzir o número de produtos que precisariam ser adquiridos no mercado, seja vendendo uma criação que exige

muito tempo de trabalho do(a) agricultor(a) ou grande quantidade de alimentos, transferindo esse tempo ou a alimentação à outra atividade ou a criações que geram melhores resultados. Assim:

É, às vezes, a gente tem uma criação (...). Então a gente descarta aquelas pior porque aumenta na comida da que fica (...). Às vezes, igual aqui mesmo, eu planto feijão ou uma coisa assim. A gente sabe que aquele feijão que vai produzir, vai ajudar na despesa e não precisa comprar, e o dinheiro vai sobrar. Então é por aí, é em tudo um pouquinho de um lado, outro pouquinho do outro (Senhor Urbano).

Assim, “fazer economia” permite ao(à) agricultor(a) gerar poupança que será guardada em casa, em bancos ou será investida produtivamente. A grande maioria dos(as) agricultores(as) investe seus excedentes em criação: gado, porco ou galinha, mas o importante é “fazer o recurso girar”. Por exemplo:

Se sobra alguma coisa, a gente aplica. Compra um leitão ou compra uma bezerrinha, qualquer coisa. Você tem que ter uma atitude, qualquer coisa você tem que ficar comprando, mesmo se der só uma galinha, você leva uma galinha pra casa (Senhor Ailton).

O terceiro ponto fundamental para o(a) agricultor(a) conseguir patrimonializar-se é “saber investir”. “Não existe outra criação na agricultura, caso você queira comprar terra, a não ser o gado” (Senhor Vicente). Logo, o gado é considerado o melhor investimento, seguido do porco. Contudo, muitos dos(as) agricultores(as) relatam que o gado dá muita despesa porque ele ocupa muito de seu tempo: é preciso plantar capim, fazer silagem, alimentar o animal e, às vezes, comprar ração. Já no tempo de seus pais esses animais eram criados à “solta”:

Naquele tempo de papai, tinha um vizinho ali, que tinha umas vaquinhas por ali. Elas iam pra Turmalina se quisesse ir, mexia o mundo inteiro, e você olhava esse mundo velho todo, era capim gordura e você não rasgava esse pasto, porque a vaca descia um dia naquela terra ali e passava 30 dias sem ela descer ali. Porque era pouca [a criação], ela descia ali, ia embora, ia ela lá pro lado de Veredinha, descia lá pra Porto Velho (Senhor Etelevino).

Por último, depois ter trabalhado, poupado e investido, o(a) agricultor(a), ansioso por “comprar um pedacinho de terra, vende o gadinho todo, vende os porcos, compra a terra...fica sem nada, e vai começar de novo trabalhando em cima dela” (Senhor Ailton).

O Senhor Agostinho recebeu terra dos pais em herança suficiente para a reprodução de sua nova família. Entretanto, necessitava de comprar vacas, tendo em vista que o leite seria a principal atividade de sua família. Para tanto, fez carvoaria no terreno do casal. Contou que ele e os filhos cortavam a lenha e um carvoeiro produzia o carvão. Uma carga de carvão era o suficiente para comprar quatro novilhas e sustentar a família, uma vez que não faziam lavoura para o auto-consumo. No início, compravam qualquer tipo de vaca “pé duro”, disse ele; mas, posteriormente, começaram a trocá-las por vacas melhores. Na época da entrevista, a unidade de produção familiar possuía um considerável número de vacas, ordenha mecânica e utilizava a inseminação artificial. Diz ele:

Eu cortava lenha mais os meninos, carregava, só tinha o carvoeiro pra cozinhar o carvão. Então, quando eu tirava o dinheiro e pagava o carvoeiro, o que sobrava fazia despesa e comprava umas vaquinhas, e fui mexendo assim. Depois eu peguei as vacas, porque só era vaca comum, pé duro, qualquer tipo de vaca servia pra mim. Aí eu fui, pegava duas paridas e dava numa solteira, numa vaca melhor, né. Fui melhorando o gado assim (Senhor Agostinho).

O Senhor Agostinho recebeu de herança 200 hectares de terra, uma área de tamanho considerável. Agricultores(as) que herdaram terras menores e que têm como foco principal de atividade a agricultura, seguem outra estratégia: buscam produzir mais, pois, desta forma, podem vender o excedente e reunir recursos para aquisição de mais terras ou melhorias para a unidade de produção familiar. Contou um agricultor:

Aumentar na plantação, aumentar na cana pra sobrar uma rapadura pra vender, aumentar na planta de mandioca pra sobrar farinha pra vender. Tudo que fazia tinha que pôr a

alma pela boca e aumentar a lavoura pra sobrar da produção, ir vendendo por aí (Senhor Etelvino).

O Senhor Valdino herdou da mãe 14 hectares de terra. Mas, em 2007, já havia adquirido por meio da compra mais 7 hectares, totalizando 21 hectares. Conta que foi com a venda da produção, principalmente de cachaça e rapadura, que o casal reuniu o recurso necessário:

Foi tirado daqui mesmo. Muitas vezes a gente vende uma cachaça, vende uma rapadura, gasta um pouco, mas sempre sobra um pouco. Muitas vezes a gente junta num banco um pouquinho, porque a gente tem a feira. A feira, como se diz, ajuda na manutenção da casa, na despesa dos filhos e às vezes até abastece um carro e até outras coisas. Então, muitas vezes, igual a produção de moagem, sobra um pouquinho, através disto (Senhor Valdino).

As estratégias de patrimonialização seguidas pelos(as) agricultores(as) que não herdaram terra também variam. Alguns trabalham junto com os pais, outros com o sogro ou alguns para agricultores mais “fortes” da região e outros migram.

O Senhor João Toca relatou que após seu casamento começou a trabalhar de “meia” com o sogro na moagem de cana-de-açúcar. Este lhe cedeu a casa onde morava, a cana-de-açúcar, o engenho e o gado para que trabalhasse. Com o recurso advindo desta atividade, o casal adquiriu um boi e uma vaca, e posteriormente, compraram um terreno. História semelhante é a do Senhor Ailton, que iniciou sua vida de casado morando e trabalhando de “meia” na terra de seu pai. Nesse período o casal começou a acumular recursos para adquirir um terreno. Compraram terra na comunidade de Buriti com grande ajuda do pai/sogro. Posteriormente, o casal vendeu o terreno de Buriti e adquiriu do irmão do marido a terra onde os pais moravam.

Já o Senhor João Domingos obteve seu terreno trabalhando para um agricultor mais “forte” do município. Contou que, como trabalhava de “meia” para esse agricultor, fazia o máximo de serviço que podia, pois quanto mais produzisse maior também seria o seu quinhão. Assim, foi juntando dinheiro e

também comprando gado, até o dia em que teve o suficiente para adquirir o terreno que sonhava desde criança. Ele diz:

Desde criança eu tinha o sonho de morar aqui, só que não tinha como comprar. Aí fiquei trabalhando de caseiro, aqui no vizinho, (...) fui trabalhando, e todo dinheiro que aparecia eu comprava uma bezerra, e fui fazendo um gado, fui juntando um gado, quando foi um dia que eu pude comprar [o terreno]. Eu vendi o gado (...) aí eu comprei esse, depois de dois anos mudei pra cá, e com esse eu comprei os outros (Senhor João Domingos).

Essas histórias mostraram que adquirir terra não é tarefa fácil para a família de agricultor familiar: exige muito trabalho, esforço, sacrifício e planejamento. Mas apesar dos caminhos percorridos pelas famílias de agricultores para adquirirem terras, comprarem gado ou melhorarem terreno serem variados, é possível se patrimonializarem.

4.1.4 Educação formal

Esses(as) agricultores(as) familiares freqüentaram poucos anos de educação formal. De acordo com a maioria dos(as) entrevistados(as), cursaram poucos anos de escola, porque, além de terem que ajudar no trabalho da roça para obtenção do sustento da família, o acesso à escola era dificultado. Conta um agricultor que:

Aqui a gente estudava em Turmalina, ia caminhando, saía às vezes 4 horas da manhã, ia para Turmalina, ficava na aula até as 11 horas, e umas duas horas mais ou menos era a hora que a gente chegava. Almoçava, mamãe já deixava - ainda tem até hoje este fogão onde ela colocava as marmitas da gente - e cada um chegava, pegava aquela marmitinha, almoçava. E acabando de almoçar, pai já gritava, mexia com a moagem, (...) mexia com muito porco. Aquela época era um farturão danado (Senhor Ailton).

Uma agricultora acrescenta que:

Naquela época quando a gente foi criado, não havia escola. Então, o pai também não apertava o filho para estudar, porque nessa época não tinha escola. Teve até um homem

aqui na comunidade que contratou um professor. Aí os alunos entrou no Mobral, já que era já jovem. Mas o serviço apertou, a gente não achou a escola muito boa, aproveitou e largou. Aí ninguém estudou. Os pais também não apertou, igual hoje. Hoje os pais aperta, eu aperto os meus, sei como faz falta estudo. Naquela época quando fui criada não tinha, a gente não ligava, achava que não precisava e pulou por cima (D. Santa).

Percebe-se, portanto, que os(as) agricultores(as) familiares encontravam grandes dificuldades para estudar. Entre os principais problemas identificados estão a insuficiência ou inexistências de escolas; a precariedade das instalações físicas; a falta de professores habilitados e qualificados, o que provocava constante rotatividade e, na maior parte das vezes, a falta deste profissional; a dificuldade de acesso dos professores e alunos às escolas, em razão da falta de um sistema adequado de transporte escolar e estradas; inexistência de merenda escolar que gerava desânimo, desatenção e dificuldade para aprender, além de contribuir para a evasão escolar.

Os(as) entrevistados(as) consideram o estudo muito importante para a vida do(a) agricultor(a), pois permite que leiam informativos técnicos, rótulos e bulas de produtos; analisem os custos dos produtos cultivados e/ou produzidos; melhor compreendam informações e cursos; acessem os serviços bancários com facilidade; e tenham maior confiança em si quando dialogam com outras pessoas. Relatou um agricultor:

De toda maneira ajuda, né? Porque, no caso, às vezes mesmo eu mexo com uma vaca, um porco, pra aplicar uma injeção. Se você não souber ler aquela injeção, não tem como fazer nada. A escola ajuda demais mesmo (Senhor Ailton).

Os(as) agricultores(as) com maiores rendas foram os que apresentaram a média de escolaridade mais elevada, principalmente as mulheres cuja participação percentual quase dobrou. Contudo, em todas as faixas de classificação a média de escolaridade das mulheres foi superior à dos homens, conforme mostrado no Tabela 5.

TABELA 5: Caracterização da escolaridade dos casais rurais pesquisados.

Classificação das Famílias	Média de Anos de Estudo dos Homens (casal)	Média de Anos de Estudo das Mulheres (casal)
Menor renda	2,3	3,3
Média renda	2,7	3,0
Maior renda	3,8	6,7

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Contudo, observou-se que a educação formal não foi elemento decisivo na trajetória econômica desses(as) agricultores(as) e que os conhecimentos tradicionais foram valiosos para permanência deles no meio rural.

4.1.5 Destinos

Com base nas informações sobre 282 (100%) irmãos(ãs) dos(as) maridos e esposas que formam os casais entrevistados, foi possível verificar que existe um “processo de escolha” para ver quem sai e quem fica na terra, que depende de situações externas à família, tais como a possibilidade de trabalhos urbanos ou compra de terrenos na região ou em outras localidades, conforme mostrado no Figura 2.

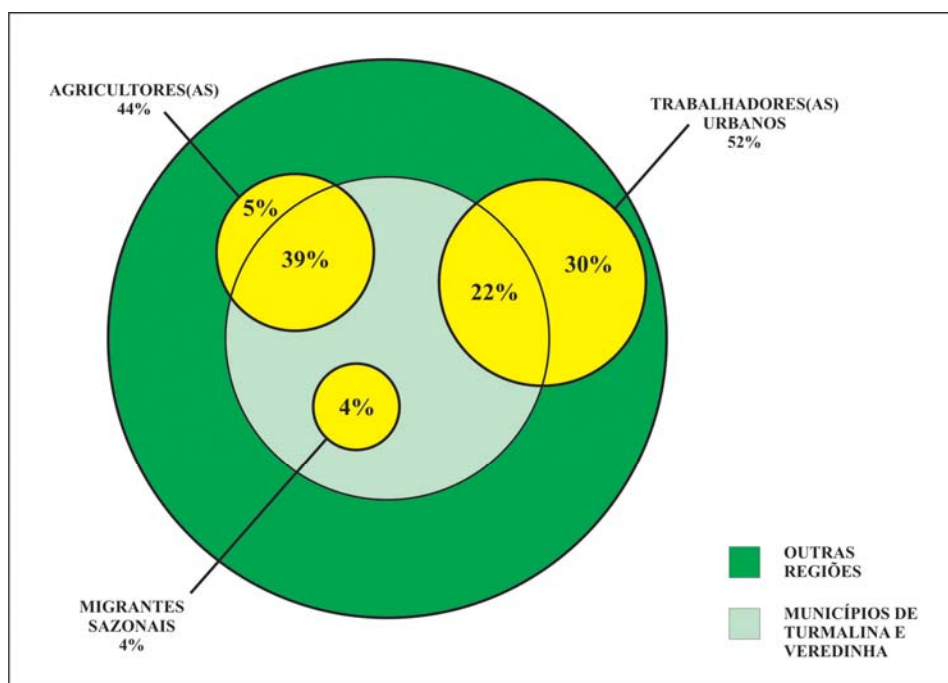


FIGURA 2: Diagrama dos principais destinos dos(as) irmãos(as) dos maridos e esposas que formam os casais entrevistados.

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Analisando os dados da Figura 2, percebe-se que 52% dos(as) irmãos(as) dos maridos e esposas dos(as) agricultores(as) familiares encontraram, como alternativa de ocupação, as atividades urbanas, tanto dentro quanto fora do município de origem. As principais ocupações desempenhadas por eles(as) foram doméstica, dona de casa, professor, policial, empregados de cerâmicas e metalúrgicas e atividades voltadas para o comércio ou prestação de serviço, tais como: comerciantes, donos de bares e padarias, cabeleireiros, borracheiros, pedreiros, pintores, motoristas e marceneiros, mostrado na Tabela 6.

TABELA 6: Principais ocupações urbanas dos(as) irmãos(ãs) dos maridos e esposas que constituem os casais entrevistados.

Ocupações	Homens (%)	Mulheres (%)
Prestação de serviços diversos	15,1	32,2
Funcionário (a) de Empresa Privada	13,7	3,4
Comércio	10,3	7,5
Funcionário (a) Público (a)	4,8	13,0
Total	43,9	56,1

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Pôde-se verificar, ainda, que aproximadamente 35% dos(as) irmãos(ãs) dos maridos e esposas que compõem os casais realizaram migrações definitivas, ou seja, saíram do município de origem e passaram a morar em outras regiões do país. Contudo, notou-se que dos(as) migrantes definitivos(as) que representavam as 40 famílias da amostra, somente 10% dos(as) irmãos(ãs) de 10 famílias de agricultores migram sozinhos(as) e 11% dos(as) irmãos(ãs) das 5 famílias de agricultores migraram para regiões divergentes de seus(suas) irmãos(as). Todo o restante, ou seja, 79% dos irmãos(ãs) dos(as) agricultores(as) das 25 famílias migraram definitivamente para regiões onde residiam ou passaram a residir pelo menos um(a) dos(as) irmãos(ãs).

Destaca-se, ainda, que os municípios mineiros foram os que receberam maior número desses(as) migrantes: 66,34%, sendo que Belo Horizonte recebeu 30,69%, seguido de Capelinha com 10,89% e Minas Novas com 7,92%. O estado de São Paulo recebeu 26,73% dos(as) migrantes definitivos(as), como mostrado na Tabela 7.

TABELA 7: Principais destinos dos(as) migrantes definitivos(as), irmãos(ãs) dos maridos e esposas que formam os casais entrevistados.

Localidade	Irmãos (%)	Irmãs (%)
Outros Municípios de estado de Minas Gerais	11,9	5,0
Belo Horizonte – Minas Gerais	9,9	20,8
São Paulo – Capital	7,9	14,9
Capelinha – Minas Gerais	6,9	4,0
Outros estados do Brasil	5,0	0,9
Minas Novas – Minas Gerais	3,0	5,0
Fora do País	0,9	0,0
Interior do estado de São Paulo	0,0	3,9
Total	45,5	54,5

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Aproximadamente, 54% dos migrantes definitivos eram do sexo feminino, corroborando com o que foi observado por Ribeiro & Galizoni (2000): que as saídas das mulheres são mais definitivas que as dos homens.

Reportando-se ainda a Figura 2, observou-se que 44% dos(as) irmãos(ãs) dos maridos e esposas que compõem os casais entrevistados tornaram-se agricultores(as) familiares, assim como seus pais. Destes, 9% são solteiros(as) ou viúvos(as) e trabalham na terra junto a família; 72% moram e trabalham em terrenos herdados por eles(as) ou por seus(suas) cônjuges; e 19% adquiriram terra por meio da compra. Entretanto, os dados coletados não permitem afirmar se essas terras compradas caracterizavam-se como “herança disfarçada”, “vendas de preferência, união ou consideração” (Moura, 1978). Nota-se, contudo, que o saber que receberam dos pais possibilitou que continuassem a reproduzir nessas terras a condição de agricultor(a) familiar.

Quanto ao destino dos casais entrevistados é preciso fazer uma distinção: alguns deles tornaram-se sucessores de seus pais e outros buscaram

reproduzir a condição de agricultores familiares em outros terrenos no município.

Foram encontrados casos de agricultores que se tornaram sucessores: por ser o único filho homem da família; por ter sido o último a abandonar o grupo doméstico; pelo direito à terra que foi construindo ao longo de sua vida; pelas trajetórias e destinos dos outros membros do grupo familiar, tais como migração, trabalho, casamento e processo de formação de patrimônio.

Contou o Senhor Crispim que, com a morte de seu pai, e por ser o primogênito da família, assumiu junto à mãe a responsabilidade pela unidade familiar. Todo o trabalho que realizava era para a família, “ficava tudo no embolado”, inclusive uma bicicleta que adquiriu com recursos da migração. Diante disto, “os irmãos deixaram eu ficar” com a terra. Isso mostra que este Senhor construiu por meio de seu trabalho o direito de ficar com a terra.

Constatou-se que 52,5% dos agricultores(as) tornaram-se sucessores(as) de seus pais, ou seja, herdaram a casa e o terreno dos pais e continuavam exercendo as mesmas atividades dos mesmos. Destaca-se, ainda, que destes 90% residiam e trabalhavam no terreno e na casa que seus pais receberam de seus avós. Morar e trabalhar no terreno e casa que foi dos pais e avós tem grande valor simbólico para o(a) agricultor(a), pois ele(a) se torna o(a) guardião(ã) do patrimônio e da memória familiar.

Senhor José herdou o terreno e a casa de seus pais - que por sua vez o herdaram de seus avós. Entretanto, devido a dificuldades, resolveu vendê-lo e mudar-se para São Paulo. O Senhor Ailton, irmão do Senhor José, que nessa época trabalhava em seu próprio negócio no município de Minas Novas, logo que soube que o terreno seria vendido e que os outros irmãos(ãs) não se mostraram interessados em adquiri-lo, vendeu tudo que possuía, comprou o terreno e voltou para a roça. Isto porque queria preservar em seu poder o terreno que há muitas gerações era de sua família, terreno este que continha memórias.

No momento em que relatava este caso, divagava, recordando-se que aquele fogão a lenha era onde sua mãe guardava a “marmitinha” que ele e os irmãos se alimentavam quando chegavam da escola; lembrava-se de que as duas árvores que se encontram na frente de sua casa foram plantadas por seu pai e que sua copa já havia servido de abrigo do sol para sua mãe, irmãos(ãs) e pai. Esse agricultor comenta: “Lugar que eu nasci e fui criado: fico sem nada, eu tenho que comprar! Você chegar e vê outra pessoa morando, é sem graça. Criou a família toda, você tem um amor” (Senhor Ailton).

Esses(as) agricultores(as), na maioria dos casos, além de herdarem terra suficiente para manter sua família, recebiam também outros recursos, tais como animais, engenhos para moagem de cana-de-açúcar, alambiques, dentre outros. Mas sempre relacionados às atividades desenvolvidas por seus pais.

Todos(as) os(as) sucessores(as) eram casados e, somente, em uma das famílias a esposa e os(as) filhos(as) moravam em casa no centro do município de Turmalina, onde trabalhava como professora e os(as) filhos(as) estudavam, cabendo desta forma ao marido/pai realizar as atividades do terreno com a ajuda de “contratados”. Entretanto, nos finais de semana, todos iam para o terreno familiar auxiliá-lo nos trabalhos da roça.

Comparando-se a média de anos de estudo dos(as) sucessores(as) com a de seus(suas) irmãos(ãs), verificou-se que esta variou somente para as famílias de menores renda, ou seja, nesta faixa de classificação os(as) irmãos(ãs) tiveram maior acesso à educação formal que os(as) sucessores(as), conforme mostrado na Tabela 8. Cabe destacar que para esta geração o estudo era considerado uma herança ou a forma encontrada pela família para patrimonialização dos(as) filhos(as). Desta forma, não é possível afirmar, como aponta a literatura, que se tornam sucessores(as) no alto Jequitinhonha os(as) filhos(as) de agricultores(as) familiares que menos estudaram, mas sim que existe um esforço da família em proporcionar ao maior número de filhos(as) possível o acesso a educação formal.

TABELA 8: Comparação entre a média de anos de estudos dos(as) sucessores(as) e de seus(suas) irmãos(ãs).

Classificação das Famílias	Média Anos de Estudo dos(as) Sucessores(as)	Média Anos de Estudo dos(as) Irmãos(ãs)
Menor renda	1,9	3,5
Média renda	3,1	3,6
Maior renda	4,8	4,4

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Foi discutido até aqui o destino de 52,5% dos casais entrevistados. Quanto ao destino dos 47,5% restantes, observou-se que eles(as) buscaram reproduzir a condição de agricultores(as) familiares em outros locais dos municípios. Destes, 89% são casados(as) e 11% viúvos(as) ou desquitados(as), sendo que no caso dos(as) casados(as) todos(as) os(as) cônjuges trabalhavam na terra.

Verificou-se, ainda, que 26% dos que reproduziram a condição de agricultores(as) familiares em outros locais casaram-se com herdeiros(as) e todo o restante (74%) adquiriu terra por meio da compra. Contudo, assim como no caso dos(as) sucessores(as), os dados não permitem afirmar se as terras compradas caracterizavam-se como “herança disfarçada”, “vendas de preferência, união ou consideração” (Moura, 1978).

Comparando-se a média de anos de estudos dos(as) sucessores(as) com as dos(as) entrevistados(as), que reproduziram a condição de agricultores(as) em outros locais no município, chegou-se aos mesmos resultados quando se compararam os(as) sucessores(as) com seus(suas) irmãos(ãs): os(as) sucessores(as) tiveram praticamente o mesmo acesso à educação que os(as) entrevistados que se construíram como agricultores(as). Interessante notar que os(as) entrevistados(as) classificados(as) na faixa de maior renda, proporcionalmente, foram os que em maior número se tornaram sucessores, isto

porque maior renda quase sempre representa também maior área de terreno, e portanto mais terra para partilhar entre filhos. Já os(as) agricultores(as) classificados(as) na faixa de menor renda foram os que em maior número tiveram que encontrar outros meios de acesso à terra. Quanto à média do tamanho do terreno, não foi observada nenhuma coerência ou correlação entre os dados renda ou destino, conforme mostrado na Tabela 9.

TABELA 9: Comparação entre os(as) sucessores(as) e os(as) agricultores(as) que reproduziram a condição de agricultores familiares quanto à frequência, média de anos de estudo e tamanho do terreno.

Classificação das Famílias	Frequência (%)		Média de Anos de Estudos		Tamanho Médio do Terreno (ha.)	
	Agricultores (as)	Sucessores (as)	Agricultores (as)	Sucessores (as)	Agricultores (as)	Sucessores (as)
Menor renda	63,1	42,9	2,5	1,9	12,6	19,9
Média renda	31,6	33,3	2,5	3,1	49,7	35,2
Maior renda	5,3	23,8	-	-	100,0	73,6

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Resumindo, tem-se que 50,9% desta geração tornaram-se agricultores(as) familiares, 45,7% passaram a exercer atividades ligadas ao meio urbano e 3,4% são migrantes sazonais não tendo ainda definido seus destinos.

4.2 Geração dos(as) jovens

A partir deste tópico serão apresentados e analisados os resultados da pesquisa realizada com os(as) jovens rurais e, sempre que possível e necessário, serão feitas comparações entre as duas gerações estudadas: a geração atual e a geração jovens.

4.2.1 Jovens

Foram entrevistados(as) 40 jovens filhos(as) de agricultores familiares com idades entre 12 e 25 anos das diversas comunidades. Dos(as) jovens entrevistados(as) 67,5% pretendem prestar vestibular, como mostrado na Tabela 10. Destes, 12,5% optaram por cursos voltados para a área das ciências agrárias, 7,5% não decidiram o curso e 47,5% afirmam que escolherão carreiras com certa incompatibilidade com a atividade rural. Entre os cursos citados estão informática, enfermagem, educação física, jornalismo, medicina, teatro, matemática, direito, física, engenharia civil, psicologia e computação. Observou-se, ainda, que as moças mostraram-se mais predispostas em continuarem os estudos que os rapazes.

TABELA 10: Interesse em cursar faculdade.

Respostas	Menor renda		Média renda		Maior renda		Total
	Filhos	Filhas	Filhos	Filhas	Filhos	Filhas	
Sim (%)	12,5	17,5	10,0	15,0	7,5	5,0	67,5
Não (%)	12,5	7,5	7,5	2,5	2,5	0,0	32,5

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Notou-se que existe liberdade de escolha da profissão a ser seguida, sendo que os(as) jovens são unânimes em afirmar que os pais não interferem em seu projeto profissional, da mesma maneira que os pais salientam a autonomia dos(as) filhos(as).

Observou-se que 57,5% dos(as) entrevistados(as) realizaram algum tipo de atividade para adquirirem seu próprio dinheiro, tais como: trabalhando na agricultura e/ou lavando roupa ou arrumando casa para parentes e vizinhos; fazendo artesanato e bordado; consertando eletrodomésticos.

Com o ganho na realização dessas atividades adquiriram moto, cama, colchão, guarda roupa, som, celular, bicicleta, televisão, secador e prancha de cabelo, produtos de beleza, roupa; alguns compram porco, galinha, bezerra ou investem em abelha para a produção de mel.

4.2.2 Formação do jovem rural

Assim como os casais de agricultores entrevistados, os(as) jovens adquiriram todo o conhecimento - sobre o trabalho na terra, lida com animais, produção de cachaça, farinha de milho e/ou mandioca, açúcar mascavo e rapadura; artesanato -, com seus pais, eles transmitem aos seus filhos(as). “Aprendi o que pai ensinou e ensino pros filhos também”, diz Dona Santa. Esses ensinamentos são passados da mesma maneira, ou seja, o aprendizado continua sendo realizado no fazer-aprender e começa desde muito cedo, mesmo que algumas das técnicas de trabalho tenham sido modificadas:

Meio como brincadeira, começa desde pequeninho assim, 5-6 anos, a gente tá trabalhando lá. Fica brincando com a gente, de repente larga, mas sem a gente mandar. Depois quando começa a ficar a partir dos 10 anos, a gente começa a puxar a orelha um pouquinho, serviçinho mais leve, tipo capinar canteiro que é levinho, não tem maior peso, o mesmo sistema. Acaba fazendo alguma coisa. Às vezes brinca mais do que trabalha, mas na hora que quer fazer alguma coisa, faz, aprende todo mundo junto (Senhor João Domingos).

Dos(as) jovens entrevistados(as), 90% responderam que trabalham junto à família, realizando quase todos os serviços da roça, da comercialização à fabricação de produtos. A idade média em que se iniciaram no trabalho é 10 anos. Contudo, a grande maioria afirma que desde que começou a andar já acompanhava a família na realização dos trabalhos: “Desde de novinho, né? Desde que me entendi por gente, mexi com ele [pai] direto. Cortava coisa pro queijo, ia pro curral mais ele, tirava um leitinho, pouquinho mas tirava. Ia pra roça, levava comida pra ele na roça” (Elizeu). Outro jovem diz que começou

cedo: “Desde pequeno, quando comecei a agüentar a andar em lugar longe” (Diogo).

Semelhante a seus pais, os(as) jovens também aprenderam os serviços da roça com a família (pai, mãe e irmãos). Entretanto, 17,5% dos(as) entrevistados(as), incluíram, ainda, a figura dos avós.

Quanto à troca de experiência junto às pessoas das comunidades, mostrado na Tabela 11, 59% dos(as) jovens relataram ter aprendido alguma técnica de trabalho com agricultores(as) vizinhos(as), tais como: fazer remédios fitoterápicos, sabão ou trabalho em argila (artesanato); técnicas de plantio, como “plantar arruado”, picar a cana antes de colocá-la na cova, cuidar de tomates e evitar queimadas; manejar motor de engenho; técnicas de cuidados com o solo e preservação de nascentes. Estes consideram que a convivência com a comunidade é fundamental para a manutenção do(a) agricultor(a) familiar, visto que fortalece os laços de amizade ao mesmo tempo em que a troca de conhecimentos possibilita melhor desempenho no trabalho.

Já os(as) jovens que responderam não existir troca de experiência entre os moradores de sua comunidade, somente uma a justificou que não aprendeu nada, porque “trabalham todos do mesmo jeito” (Kely).

TABELA 11: Opinião dos(as) jovens sobre a troca de experiência entre os(as) moradores de sua comunidade.

Há troca de experiência	Rapazes (%)	Moças (%)	Total (%)
Sim	32	26	59
Não	18	24	41

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Aproximadamente, 72,5% dos(as) jovens relataram que gostavam da comunidade onde moravam porque era um lugar calmo, tranqüilo, sem violência, sem poluição, onde era possível sentir liberdade e ter maior contato

com a natureza; e 27,5% dos(as) entrevistados(as) afirmaram que as pessoas eram o principal atrativo da região. Um jovem diz: “Gosto muito da região: do jeito do povo! Essa simplicidade e esse jeito amigo das pessoas, você não encontra lá fora” (Paulo).

Quanto à participação dos jovens em organizações que atuam no meio rural, verificou-se que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) foi citado por 10% dos(as) entrevistados(as); o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV) por 25%; a Associação de Promoção ao Lavrador e Assistência ao Menor de Turmalina (APLAMT) por 20%; a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER) por 20% e as Associações Comunitárias por 10% dos(as) jovens.

Dos(as) jovens entrevistados(as) 57,5% acreditam que essas organizações poderiam contribuir para sua permanência como agricultor(a) familiar. Citam como medidas possíveis: fornecimento de adubos, sementes e ferramentas a baixo custo; cursos que possibilitem o aprimoramento dos conhecimentos e que os tornem capazes de cultivar novos produtos, modificar a lavoura de forma que aumente a produtividade na agricultura e os permita vender no mercado com maior rentabilidade, técnicas de manejo que não degradem o meio ambiente; palestras que os informem sobre máquinas e insumos agrícolas, conscientizando a sociedade e o(a) próprio(a) jovem da importância da agricultura familiar.

Aproximadamente 57,5% dos(as) entrevistados(as) procuram obter informações sobre agropecuária em livros, revistas, programas de televisão e internet, sendo que 27,5% lêem romances e reportagens sobre informática e 15% não gostam de leituras.

Diante do exposto, percebe-se que a família continua sendo a principal base de formação do(a) jovem rural: “uso muito pai e mãe como espelho, suporte para trabalhar na terra” (José Alves). E é, principalmente, com os

ensinamentos transmitidos pela família que são capazes de desempenhar, sozinhos(as), qualquer atividade na lavoura.

4.2.3 Educação formal

Os(as) jovens apresentaram escolaridade média de 6,7 anos, sendo que os que cursaram somente um ano possuem idades inferiores ou igual a sete anos. Esses dados confirmam que o padrão de frequência escolar alterou-se nitidamente quando comparados a de seus pais e tios(as), o que pode ser justificado pela maior oferta de escolas públicas na região e pela maior valorização da escola na formação. Percebe-se ainda que as mulheres nas duas gerações possuem o nível escolar maior que a dos homens, como mostrado no Gráfico 1.

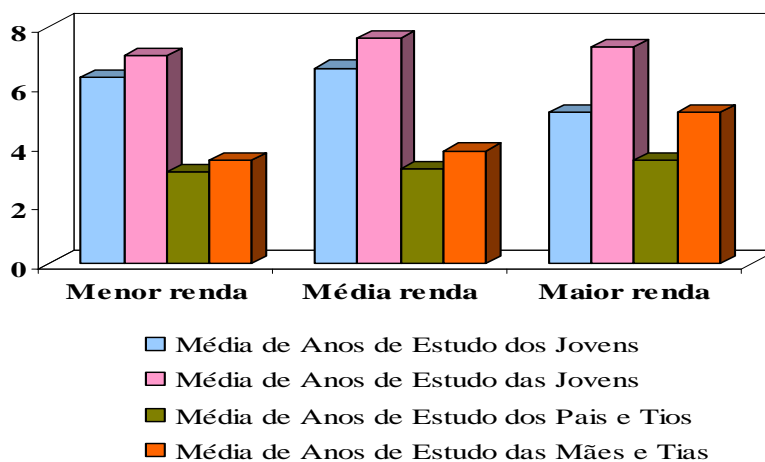


GRÁFICO 1: Comparação da média de anos de escolaridade entre as duas gerações de agricultores(as) familiares.

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Nas pesquisas realizadas nas comunidades foi possível verificar que várias delas possuem escolas que oferecem até o quarto ano, sendo que a

prefeitura oferece transporte escolar que as conduz às sedes urbanas. Dos(as) jovens rurais entrevistados(as), 95% deles(as) estudaram pelo menos dois anos em escolas das comunidades, tendo depois passado a estudar na sede do município em escolas da prefeitura, estado ou em Escola Família Agrícola.

A existência das Escolas Famílias Agrícolas são fatores que contribuíram para o aumento da escolaridade, uma vez que adotam a pedagogia da alternância, na qual os(as) jovens(as) passam duas semanas no estabelecimento agropecuário da família e duas semanas na escola. A metodologia utilizada permite que os conhecimentos adquiridos trabalhando no terreno dos pais sejam articulados com os conhecimentos da área técnica, geral e humana aprendidos na escola¹⁰.

A maioria dos(as) estudantes das Escolas Famílias Agrícolas realmente aplicam no terreno familiar os conhecimentos adquiridos nestas instituições – “vou passando para o pai como deve fazer e, melhorou produção” (Angélica). Relataram que nas EFAs aprenderam: trabalhar com horta, fruticultura (banana e laranja), apicultura, agroindústria (polpa de frutas, padaria e análises de custos), técnicas de adubação, prevenção de pragas, preservação do solo e do meio ambiente

Destaca-se, ainda, que a pedagogia adotada por essas escolas permite que os(as) jovens continuem seus estudos e também participem da composição do orçamento familiar, além de reduzir o processo de aculturação que experimentam quando estudam nas escolas tradicionais, ou, “da cidade”.

Na EFA está tudo ligado ao meio rural, dá para usar. Já a escola tradicional desenraíza, foi feita para a cidade, só mostra a questão empresarial do campo e depois que vai para cidade, o jovem perde o interesse pela roça (Anderson).

¹⁰ A Escola Família Agrícola de Turmalina oferece 5ª a 8ª séries do ensino fundamental e curso de ensino médio e educação profissional básica na área de agricultura, em três anos, aos jovens do meio rural. Já a Escola Família Agrícola de José Silva oferece a estes jovens estudos de 1ª a 8ª séries do ensino fundamental.

Portanto, as EFAs buscam atender às necessidade educacionais dos(as) filhos(as) dos agricultores(as) familiares, uma vez que proporcionam aos(as) mesmos(as) uma educação a partir da sua realidade, além de desencadear um processo de reflexão que lhes permitem transformar essa mesma realidade.

4.2.4 Destinos

Tomando por base as informações coletadas sobre o total de filhos(as) de agricultores(as) familiares, verificou-se que 40% destes encontraram como alternativa de ocupação as atividades urbanas, tanto dentro quanto fora do município de origem, conforme mostrado no Figura 3.

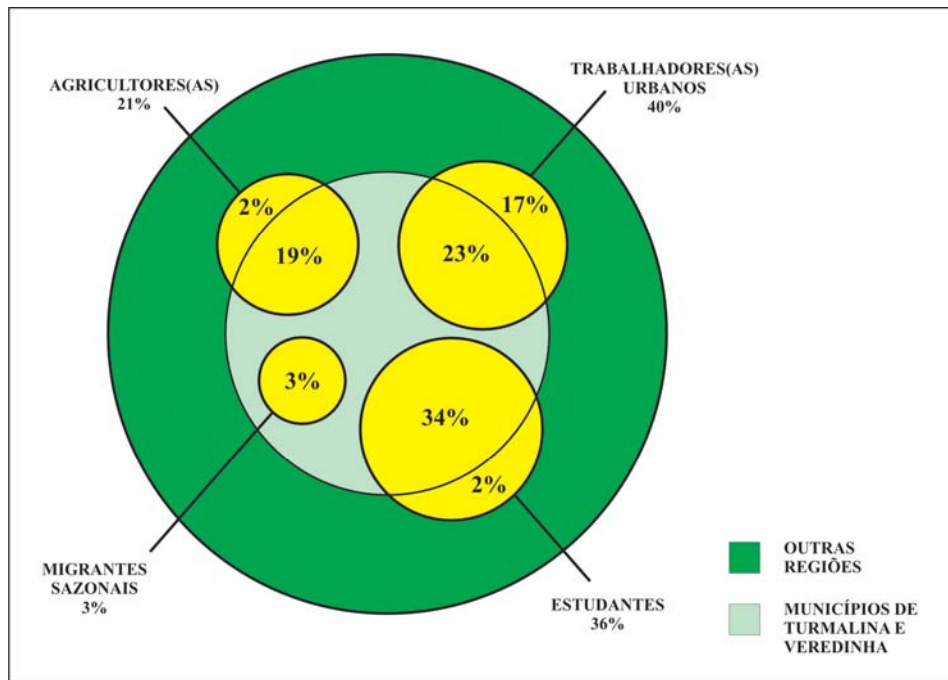


FIGURA 3: Diagrama dos principais destinos dos(as) irmãos(as) dos(as) jovens entrevistados(as).
Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

As principais ocupações desempenhadas pelos trabalhadores urbanos são agentes de saúde, borracheiros, açougueiros, domésticas, donas de casa, vendedores, comerciantes, mecânicos, empregados de gasoduto e cerâmica, cozinheiros, metalúrgicos, secretárias, cabeleireiros e vidraceiros, mostrado na Tabela 12.

TABELA 12: Principais ocupações urbanas dos(as) irmãos(ãs) dos(as) jovens.

Ocupações	Homens (%)	Mulheres (%)
Prestação de serviços diversos	14,3	29,5
Funcionário (a) de Empresa Privada	19,0	3,8
Comércio	8,6	13,4
Funcionário (a) Público (a)	5,7	5,7
Total	47,6	52,4

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Observou-se, ainda, que 21% dos(as) jovens trabalhavam na agricultura familiar e 3% estavam realizando migração sazonal, principalmente para o corte de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo. Os migrantes sazonais apresentavam média de 7,3 anos de estudo, idade média de aproximadamente 24 anos e 64% deles eram solteiros.

Cabe destacar que 21% dos(as) jovens estavam trabalhando ou estudando em outras regiões. Os destinos desses jovens continuavam sendo os mesmos de seus tios(as), ou seja, os estados de São Paulo e Minas Gerais com, 47,3% e 30,9%, respectivamente, como mostrado na Tabela 13.

TABELA 13: Principais destinos dos(as) jovens.

Localidade	Homens (%)	Mulheres (%)
São Paulo – Capital	20,0	12,7
Rio de Janeiro – Capital	9,1	0,0
Interior do estado de São Paulo	7,3	7,3
Outros Municípios de estado de Minas Gerais	5,5	5,5
Capelinha – Minas Gerais	3,6	5,5
Outros estados do Brasil	3,6	0,0
Belo Horizonte – Minas Gerais	1,8	18,2
Total	50,9	49,1

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Os(as) estudantes representaram 36% da amostra, com idades entre 7 e 22 anos e todos eram solteiros(as). Dos(as) estudantes, 69% trabalhavam na roça junto a família, 4% estudavam em outros município de Minas Gerais e 27% não exerciam atividades na agricultura. Eles(as) permanecem no meio rural porque ainda não têm definidos quais serão seus destinos. Esta premissa se confirma depois de analisados os dados das entrevistas realizadas com os(as) 40 jovens rurais.

Destes(as) jovens, quando perguntados se desejavam se tornar agricultores(as), 70% responderam afirmativamente, sendo as respostas baseadas em razões afetivas: roça é gostoso porque está perto da família, dá mais energia e animação; é calmo, sem muitos riscos; faz parte da vida da gente; lida mais com a natureza; é um lugar em que sentem a vontade, o ar é mais puro. Um deles comentou: “Sonho ser agricultor, desde miudinho eu gosto” (José dos Reis). Outro acrescenta: “Sou apaixonado pelo campo, sempre estou acompanhando [os pais, tios(as) e avós], dando sugestão, participando no dia-a-dia do negócio da família. Eu sou louco por isso aqui!” (Paulo).

As respostas que vieram em sentido contrário (30%) apontam para a ausência de condições para o desenvolvimento das pessoas, que é traduzido por “ganho pouco” e “trabalho muito pesado”.

TABELA 14: Interesse dos(as) jovens entrevistados(as) em permanecerem na agricultura.

Há interesse	Menor renda		Média renda		Maior renda		Total
	Filhos	Filhas	Filhos	Filhas	Filhos	Filhas	
Sim (%)	15,0	17,5	12,5	12,5	7,5	5	70
Não (%)	10,0	7,5	5,0	5,0	2,5	0,0	30

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

A maioria dos(as) jovens considera ser possível viver do trabalho da agricultura familiar. Um dos jovens comentou: “É possível viver da roça. E é possível viver bem! Acho que a gente não pode sonhar em ficar rico, mas alimentação boa, qualidade de vida, saúde e manter filhos num colégio bom, isso é possível” (Paulo).

Os(as) jovens consideram que as maiores dificuldades do(a) agricultor(a) familiar são o tamanho da terra, os solos cansados, a existência de pragas, a falta de água, a desvalorização dos produtos vindos da zona rural pelos consumidores, a falta de informação e de apoio ao agricultor (cursos, técnico), a falta de infraestrutura das estradas que dificulta o escoamento da produção, a dificuldade de comercialização dos produtos, a falta de incentivos fiscais do governo e de estrutura em geral (maquinários e ferramentas). Dizem: “Tem hora que falta água ou alguma coisa assim. No tempo da seca falta água. No tempo das águas, se a gente plantar muito embaixo, passa enchente e arranca tudo!” (Júnia).

Para avaliar, entre os(as) jovens, quais permanecem no campo, foi preciso excluir do total pesquisado nesta segunda geração aqueles que ainda são estudantes. Isolando estes, foi construída a Figura 4, a qual compara os

principais destinos dos(as) irmãos(ãs) dos(as) jovens entrevistados(as) com os dos(as) irmãos(ãs) dos homens e mulheres que formam os casais entrevistados. Assim, foi possível comparar os destinos das duas gerações estudadas. Com base neste procedimento é possível afirmar que na geração dos pais 44% dos(as) irmãos(ãs) permaneceram ocupados na agricultura familiar. Na geração jovem, os filhos, excluindo aqueles que ainda estão estudando e, portanto não têm seu destino decidido, 32% permanecem ocupados no rural como agricultores familiares. Existem, portanto, entre uma e outra geração, uma redução percentual de 27%, uma diminuição relevante no número de agricultores familiares na geração jovem¹¹. Houve ainda um incremento no número de filhos(as) de agricultores(as) familiares trabalhando em ocupações urbanas, conforme mostrado na Figura 5.

¹¹ Para o cálculo do percentual de redução do número de agricultores familiares entre as duas gerações utilizou-se: {[(% de agricultores irmãos(ãs) homens e mulheres que formam os casais) - (% de agricultores irmãos(ãs) dos(as) jovens)] : (% de agricultores irmãos(ãs) homens e mulheres que formam os casais)} X 100%

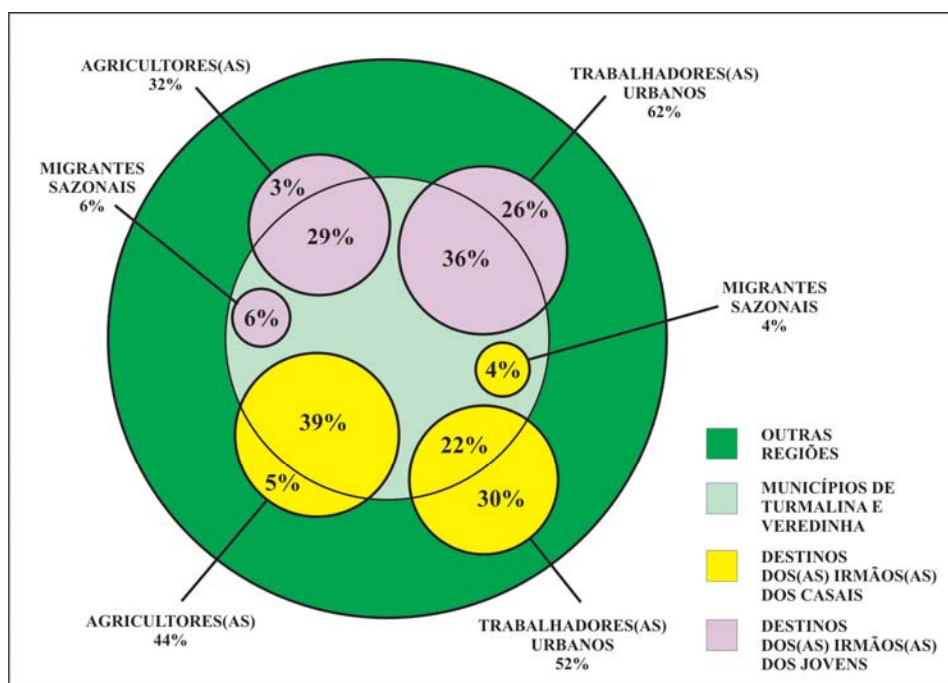


FIGURA 4: Diagrama de comparação entre os principais destinos dos(as) jovens(as) excluindo-se os(as) estudantes e os(as) irmãos(ãs) dos homens e mulheres que formam os casais entrevistados. Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Percebeu-se ainda que a média de idade e anos de estudo pouco variaram em função da ocupação desempenhada pelos(as) jovens, ou seja, tanto os(as) jovens que desempenham atividades agrícolas, como os(as) que atuam no mercado de trabalho urbano, receberam praticamente o mesmo nível de instrução formal, conforme mostrado na Tabela 15.

TABELA 15: Caracterização dos(as) jovens quanto à média de idade e escolaridade.

Ocupação dos(as) Jovens	Quantidade		Idade Média (%)		Escolaridade Média (%)	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Urbanas	48	54	26,2	25,1	6,6	7,6
Rurais	30	23	27,3	25,0	6,3	6,1

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Diante do exposto, percebe-se que não existe uma definição apriorística do perfil escolar de quem sairá ou continuará na agricultura familiar, visto que a intenção de sair e morar fora do meio rural convive com a vontade de permanecer residindo na localidade de origem. Contudo, é preciso deixar claro que são jovens ainda em fase de transição e que as “escolhas” sobre o caminho que irão seguir serão traçadas com o tempo, portanto um prognóstico torna-se difícil.

4.2.5 Sucessão

Foram analisados os dados sobre o processo sucessório dos(as) filhos(as) dos 40 casais entrevistados e encontraram-se três situações distintas: (1) famílias com vago horizonte de sucessão; (2) famílias que estão preparando seus(suas) sucessores(as); e (3) famílias sem sucessor(as), conforme mostrado na Tabela 16.

TABELA 16: Síntese do processo sucessório das 40 famílias pesquisadas.

Famílias	Situação	Quantidade
Vago horizonte	Filhos(as) menores de 10 anos	5
	Filhos(as) entre 10 e 17 anos	3
	Famílias constituídas de filhos ou filhos trabalhando em ocupações urbanas	6
Preparando sucessores(as)	Sucessores definidos	8
	Sucessores(as) não definidos(as)	15
Sem sucessores(as)	-	3
Total		40

Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Notou-se que 14 das 40 famílias analisadas encontravam-se em vago horizonte de sucessão, sendo que 5 destas referiam-se àquelas famílias cujos

filhos(as) têm idade inferior a dez anos, o que torna difícil depreender qual ou quais dos(as) filhos(as) tornarão sucessores(as) da unidade de produção. Em 3 famílias, apesar dos(as) filhos(as) terem idade superior a dez anos, chegando até aos 17 anos, eles(as) nunca trabalharam na terra junto a seus pais e, como já discutido, a transmissão do conhecimento do trabalho pela família é fundamental para que ocorra a sucessão. Não que estes(as) jovens não possam vir a se tornar agricultores(as), mas por se tratar de jovens empenhados a estudar, não possuindo nenhuma repetência escolar, é possível que estejam buscando, por meio da educação formal, ingressar no mercado de trabalho urbano. Diz um pai: “Porque quando começa a aprender [o trabalho da roça] mais velho, ele [filho(a)] acaba perdendo um pouco mais de tempo; quando começa mais novo, já cria mais inteligente” (Senhor João Toca).

Já com as 6 famílias restantes, verificou-se que são famílias constituídas somente por filhas ou famílias cujos filhos (homens) encontram-se trabalhando em ocupações urbanas, tanto no município quanto fora dele, restando, somente as jovens no terreno familiar. Contudo, notou-se que as famílias preferiam os filhos homens para possíveis sucessores da terra e ocupação dos pais. Somente em uma das famílias entrevistadas a filha foi indicada como possível sucessora da unidade de produção; entretanto, esta é incentivada pelos pais a estudar e ficar como sucessora somente no caso das oportunidades externas não serem favoráveis. Entretanto, essa jovem mostrou-se disposta a dar continuidade ao empreendimento familiar: “Gosto de mexer mais com agricultura, aqui na roça. Parece que a roça dá mais alegria pra gente, a gente tá mexendo, parece que tá dentro dela assim (...) dá mais interesse da gente plantar” (Júnia).

Na segunda situação - famílias que estão preparando seus sucessores - encontraram-se dois arranjos: aquelas que já têm definido seus sucessores (8 famílias) e aquelas que ainda não os(as) definiram (15 famílias), dada a trajetória

dos(as) filhos(os). No primeiro arranjo, os sucessores (homem) já foram definidos e estão trabalhando no terreno familiar.

Senhor Ailton tem dois filhos: Poliana (21 anos) e Bruno (16 anos). A primeira está sendo preparada para ocupações urbanas, pretende prestar vestibular para administração de empresas e trabalha na área administrativa de uma organização privada no município de Turmalina, onde reside. Bruno cursa o primeiro ano do segundo grau em Turmalina; mas, de acordo com os pais, sua “paixão é trabalhar na terra”. O filho trabalha na terra junto à família todos os dias depois da escola e vem sendo preparado para a possível sucessão. O pai destaca: “Bruno, ele garra mesmo! Ele aqui, eu tando ou não tando, posso sair e ficar despreocupado, porque na hora que eu chego tá tudo pronto” (Senhor Ailton).

Às vezes, é possível identificar, pela trajetória de vida dos(as) irmãos(ãs) e pelo “jogo” que a família estabelece dentro do grupo doméstico, quem será o(a) sucessor(a). Caso semelhante foi observado em uma família de agricultores de maior renda. Todos os filhos se tornariam sucessores; entretanto, somente dois continuam na agricultura: o outro trabalha como caminhoneiro e gosta da roça somente para passear. Esclarece o Senhor Agostinho:

Por meu gosto [falando do filho caçula] ele tava trabalhando aqui. Mas não quis ficar. Vem todo domingo. Eu queria que ficasse aqui, os que ficaram aqui tá melhor de situação que ele. Não gosta da roça, só pra passear. Dois que gostam de roça e um que não gosta: nem os dedos da mão são iguais (Senhor Agostinho).

No segundo arranjo, ou seja, aquelas 15 famílias que ainda não definiram seus(suas) sucessores(as), dada a trajetória dos(as) filhos(os), observou-se que o número de filhos(as) por casal eleva-se de 3,1 para 6,2, comparado com o primeiro arranjo. O maior número de filhos(as) implica, num primeiro momento, maiores possibilidades de escolha dos(as) sucessores(as), mas coloca, também, a família em situação mais delicada.

Nesse caso, todos(as) os(as) filhos(as) são preparados pela família para a sucessão da unidade de produção. Entretanto, a família ainda não é capaz de definir qual(is) dos(as) filhos(as) serão os(as) sucessores(as), visto que, além dos pais estarem em pleno vigor produtivo, os(as) filhos(as) ainda estão em fase de construção de suas trajetórias de vida, sendo, em grande maioria, solteiros(as), possuindo idade média de 20 anos, residindo e trabalhando no terreno familiar.

O caso do Senhor João Toca e Dona Santa é exemplar. O casal tem oito filhos: Selma, casada, mora em Belo Horizonte e não tem interesse em trabalhar na roça; Célio, solteiro, estava trabalhando no corte de cana-de-açúcar em São Paulo (migração sazonal) para “ganhar experiência” e conseguir recursos para adquirir uma moto; Marcelo, Daniel, Fernando, Tiago e Verônica, todos solteiros, trabalham no terreno do pai; e Natalino, solteiro, mora na comunidade de Lagoa, trabalha de segunda a sexta fabricando fornos e nos finais de semana ajuda a família nas atividades da roça.

O Senhor João Toca e Dona Santa passaram todos os conhecimentos adquiridos sobre o trabalho na terra e produção a todos(as) os(as) filhos(as). Com base nesses ensinamentos, eles(as) são capazes de desempenhar, sozinhos(as), qualquer atividade desenvolvida pela família, ou seja, já são agricultores(as) familiares “formados”.

Entretanto, a família não tem definido qual/quais serão os(as) sucessores(as) do terreno, uma vez que todos gostam dos serviços da roça. O casal afirma que os filhos Célio, Marcelo, Natalino e Daniel são os que têm mais interesse pela roça. Mas revelam que o interesse dos(as) filhos(as) mais novos(as) ainda “não dá pra gente ver” (Senhor João Toca). Observa-se que nesta família ainda está sendo construído quem serão os(as) sucessores(as).

Por fim, a última situação: famílias sem sucessor. Foram encontradas três famílias nessa situação, sendo uma de agricultores de maior renda e duas de menor renda. No primeiro caso, a família é constituída por duas filhas que

estudam no município de Ouro Preto e cursam farmácia e engenharia de minas. No segundo caso, família de agricultores de menor renda sem sucessores; observou-se que em uma delas os dois filhos (um homem e outra mulher) trabalhavam em empregos urbanos, e, na segunda família, a única filha era incentivada a estudar e procurar outra ocupação fora do meio rural.

Diante do exposto, percebe-se que existem famílias que estimulam os(as) filhos(as) a trabalhar na roça e outras que os motivam a encontrar ocupações no mercado de trabalho urbano. Diz um pai:

O caminho dos meninos tem que ser outro. Pra ficar mais eu não tem como não. Sofrer como a gente sofre no serviço, a gente não quer que o filho sofra igual. A gente estudar, às vezes vai desenvolver na vida. Quem saiu tá muito melhor do que eu, toca vida boa, sem sofrimento. Ficar na roça sem estrutura, sem condição de melhorar, não dá (Senhor Valdino).

Entretanto, o sucessor desse grupo familiar, possivelmente será o único filho homem do casal, o qual apesar de não ser estimulado a seguir a profissão do pai, vem-se preparando para tornar-se um agricultor. Começou a aprender a lidar com a terra desde pequeno e sabe fazer tudo, acompanha o pai na feira - “tem muita esperteza pra vender, pra fazer troco, sempre levo pra feira”. Apesar do interesse demonstrado pelo filho quanto às atividades ligadas à agricultura, o pai é enfático: “não vou aconselhar que fica não, aconselho pra sair, pra melhor” (Senhor Valdino).

Quando os(as) agricultores(as) eram perguntados(as) se na cidade a vida é mais fácil que na roça, aproximadamente 67% responderam que não: viver na roça é melhor, porque cria-se a família mais fácil; ganha-se pouco mas gasta-se pouco; não tem violência; é um trabalho mais seguro.

5 CONCLUSÕES

Os mecanismos tradicionais de capacitação da geração jovem continuam sendo os mesmos da geração dos pais, ou seja, a socialização do conhecimento é realizada por todos os membros da unidade familiar: pai, mãe e irmãos, incluindo a figura dos avós. Além da troca de saber e experiência que ocorre no interior da família, observou-se ainda que os membros das comunidades, as organizações governamentais e não governamentais e a migração sazonal constituíram-se como importantes vetores de aprendizado e inovação.

Os dados da pesquisa mostraram que a média de 6,9 anos de estudos da geração jovem é quase o dobro da média de anos de estudo 3,5 da geração dos pais. Esse fato indica que as políticas públicas voltadas para universalização do acesso à educação, principalmente, a partir dos anos 1990, quando começou a vigorar a Constituição de 1988, tornando a educação um direito de todos e dever do Estado e da família, vem atingido seu objetivo e contribuído para a elevação do nível de escolaridade da população do meio rural.

Diferentemente dos resultados das pesquisas realizadas no sul do país - por Abramovay et al. (1998), Silvestro et al. (2001) e Sacco dos Anjos & Caldas (2006) - no alto Jequitinhonha não se verificaram discrepâncias significativas entre o nível de educação formal por gênero, renda ou ocupação. As moças apresentaram aproximadamente um ano de estudo a mais que os rapazes, a diferença do nível de escolaridade dos(as) jovens filhos(as) de agricultores familiares com maior, média e menor renda é também inferior a um ano, e tanto os(as) jovens que exercem atividades voltadas para o meio rural, quanto urbano, têm praticamente o mesmo acesso à educação.

Abramovay et al. (1998) observaram ainda que o acesso à educação formal não se constitui como um elemento de estímulo ao abandono do meio rural; o mesmo foi observado no alto Jequitinhonha. Nessa região a educação é

tida como um meio encontrado pelas famílias de agricultores(as) de garantirem futuro para seus(suas) filhos(as) frente às dificuldades do setor agrícola. Se para a geração dos pais o estudo era visto como uma forma de herança, para a geração jovem, com o aumento das possibilidades de estudo, ela é um patrimônio disseminado.

Existe uma consciência clara por parte dos(as) agricultores(as) e seus(suas) filhos(as) da importância da educação formal para o exercício da atividade rural. Entretanto, é fundamental que a educação formal seja aliada ao saber técnico qualificado que foi aprendido ao longo da vida no campo pelos(as) agricultores(as) e que são transmitidos aos(a) seus(suas) filhos(as). Iniciativas como as das Escolas Famílias Agrícolas são fundamentais para a fixação do(a) jovem no campo, visto que integra as diversas disciplinas com a realidade do(a) jovem agricultor(a). Em vista disto, é preciso que as escolas das áreas rurais debatam a possibilidade de ajustar seu perfil e adaptem seus programas e conteúdos à especificidade cultural e à satisfação das necessidades da população do meio rural.

Quanto ao processo migratório, não foi observada nenhuma mudança significativa: filhos(as) continuam migrando na mesma proporção que seus pais. Contudo, a geração jovem migra definitivamente com maior escolaridade e qualificação formal para os mesmos destinos e empregos.

Para as duas gerações rurais estudadas no alto Jequitinhonha, observou-se que a “escolha” de sucessores para as unidades familiares de produção não obedeceram a nenhum “padrão” etário, de gênero ou de escolaridade. Tornaram ou podem tornar-se sucessores os filhos mais velhos, os do meio ou os mais novos, homens ou mulheres com maior ou menor nível de escolaridade.

Observa-se que nessa região tornar-se sucessor é uma escolha. Os(as) filhos(as) que sucedem os pais trazem consigo a responsabilidade de resguardar a memória familiar ligada à terra herdada. Diferentemente do que apontam as

pesquisas realizadas no sul do país, em que a posição do sucessor é vista pelo jovem como prisão (Woortmann, 1994), ou que a profissão de agricultor perdeu o caráter moral que já teve no passado (Mello et al., 2003a), na região estudada os(as) jovens manifestaram o desejo de construir seus destinos profissionais na agricultura familiar e mostram-se ligados a tradição desta organização social.

Contudo, a baixa rentabilidade do setor agrícola pode interferir na decisão do(a) jovem continuar ou não no meio rural. Portanto, é preciso que sejam desenvolvidos programas públicos e que estes sejam capazes de proporcionar melhoria da renda dos(as) agricultores(as), facilitando a produção e a comercialização dos produtos rurais: “Se o governo ajudasse o pessoal vender, eles [jovens] ficavam” (Senhor Agostinho).

Diante disto, os pais parecem ser mais flexíveis e até incentivam os(as) filhos(as) a buscar oportunidades de trabalho fora do meio rural. Os estabelecimentos que apresentaram menores rendas foram aqueles onde os pais mais estimulavam os(as) filhos(as) a procurarem ocupações no mercado urbano, mesmo que isso signifique ausência de sucessor em sua terra.

Um aspecto da transição demográfica que pode interferir na permanência do(a) jovem no campo é o aumento da longevidade dos pais, uma vez que observa-se o aumento na expectativa de vida da população rural no alto Jequitinhonha, como de resto em todo o país. Assim, a sucessão pode ser, como se observou em campo, postergada, uma vez que os pais permanecem saudáveis e ativos mesmo anos depois de aposentados. Entretanto, segundo Ribeiro et al. (2007) as rendas advindas das aposentadorias permitem aos(as) agricultores(as) segurança para investir, inovar e melhorar os sistemas produtivos; ao mesmo tempo a alocação de parte relevante da renda da família no idoso reforça a tradicionalidade das relações internas da família.

Na grande maioria das famílias entrevistadas percebeu-se o interesse dos(as) jovens em continuarem exercendo as atividades de seus pais, mesmo que

para isso tivessem que trabalhar em ocupações urbanas e na agricultura. Diferentemente da conclusão de Silvestro et al. (2001), que afirmaram que os jovens do oeste de Santa Catarina não mencionaram a possibilidade da unidade familiar se tornar num local de residência para uma possível ocupação urbana.

No alto Jequitinhonha 15% das 40 famílias entrevistadas não registraram a presença permanente de jovens residindo nas unidades familiares de produção. Esse percentual mostrou-se superior ao registrado por Silvestro et al. (2001) no oeste de Santa Catarina onde existem 12% dos estabelecimentos familiares sem a presença permanente de jovens em seu interior.

Entretanto, na região estudada em somente 7,5% das famílias não existiam a presença de possíveis sucessores, percentual esse 4,5 vezes menor que o encontrado por Sacco dos Anjos & Caldas (2006) em quatro localidades do Rio Grande do Sul -; segundo esses autores, em 34% das unidades familiares de produção não existiam sucessores potenciais.

Os dados da pesquisa no alto Jequitinhonha mostraram, ainda, que quando se compara a geração dos pais com 44% de ocupados na agricultura e a geração jovem com 32% ocupados na unidade de produção familiar, percebe-se que ocorreu uma queda de 27% de jovens permanecendo no meio rural. Entretanto, não é possível afirmar que essa redução do número de ocupados no meio rural de uma geração para outra tenha deixado propriedades vazias, visto que nesses estabelecimentos rurais pode existir ao menos um(a) filho(a) dando continuidade à ocupação dos pais.

Contudo, pode-se afirmar que no alto Jequitinhonha permanecerão no meio rural os(as) jovens com maior educação formal e um pouco mais envelhecidos, dada a própria longevidade dos pais. Entretanto, mais preparados e maduros para enfrentarem os desafios que encontrarem pela frente.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. (Coord.). **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões. Brasília, DF: Unesco, 1998. 101 p. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2007.

ALENCAR, E. **Metodologia de pesquisa**. Lavras: PPGA, 2005. 63 p. Apostila.

ALENCAR, E. **Pesquisa social e monografia**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2003. 132 p.

ALENCAR, E. Pesquisa social. In: BARBOSA, J. H.; ALENCAR, E. **Introdução ao ecoturismo**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2000. p. 49-68. Disponível em: <<http://br.groups.yahoo.com/group/dae514>>. Acesso em: 14 mar. 2007.

ALMEIDA, M. W. B. de. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 66-83, jun. 1986.

BANCO DE DADOS DA AGRICULTURA FAMILIAR (SADE). INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO). **Banco de dados da agricultura familiar**: projeto de cooperação técnica INCRA/FAO: novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php?visualiza>>. Acesso em: 10 set. 2007.

BRUSCHINI, M. C. Uma abordagem sociológica de família. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 1-23, jan./jun. 1989.

CALIXTO, J. S. **Botica da natureza**: conhecimento, uso e regulação de recursos vegetais para a saúde em comunidades rurais do Alto Jequitinhonha. 2002. 34 p. Monografia (Graduação em Engenharia Florestal) – Universidade Federal de Lavras, Lavras.

CALIXTO, J. S. **Reflorestamento, terra e trabalho**: análise da situação fundiária e da força de trabalho no Alto Jequitinhonha, MG. 2006. 130 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no brasil**: panorama dos últimos 50 anos. São Paulo: IPEA, 1998. (Texto para discussão, 621). Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/exodo_rural.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2006.

CARNEIRO, M. J. **O ideal urbano**: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. 1998. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/anpocs/carne.rtf>>. Acesso em: 23 fev. 2007.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión SAIC, 1974.

EMPRESA DE ASSISTENCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Dados de realidade municipal de Turmalina**. Turmalina, 2004.

FREIRE, A. **Águas do Jequitinhonha**: a gestão coletiva dos recursos hídricos pelos agricultores de Turmalina, Alto Jequitinhonha. 2001. 109 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras.

GALIZONI, F. M. **A terra construída**: família, trabalho, ambiente e migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. 2000. 98 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000a.

GALIZONI, F. M. Migrações e redes familiares no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., 2000, Caxambu. **Anais...** Campinas: Unicamp, 2000b. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2007.

GALIZONI, F. M.; SILVA, R. O.; PERUCHI, F.; RIBEIRO, M. B.; PINTO, A. L. M.; CHIODI, R. E.; NORONHA, A. F. B.; SANTOS, A. M. **Experiências de capacitações desenvolvidas pelo Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica para mulheres e jovens do vale do Jequitinhonha**. Lavras: Núcleo PPJ, 2006. 52 p. Relatório de Pesquisa.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GODOI, E. P. O sistema do lugar: história, território e memória no sertão. In: NIEMEYER, A. M.; GODOI, E. P. (Orgs.). **Além dos territórios**. Rio de Janeiro: Mercado de Letras, 1993. p. 97-131.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 57-63, abr./mar. 1995.

GOUVEIA, T. **Muito trabalho e nenhum poder marcam as vidas das agricultoras familiares**. 2003. Disponível em: <<http://www.socialwatch.org>>. Acesso em: 3 mar. 2007. (Relatório 2003, 3).

HEREDIA, B. M. A. de. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 161 p.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**: comparação internacional. Tradução de A. M. N. Tijiwa. Campinas: Unicamp, 1993. 336 p.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MELLO, M. A. de; ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; DORIGON, C.; FERRARI, D. L.; TESTA, V. M. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Agricultura de São Paulo**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 11-24, 2003a. Disponível em: <<http://www.nead.org.br>>. Acesso em: 23 fev. 2007.

MELLO, M. A. de; SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R.; DORIGON, C.; FERRARI, D. L.; TESTA, V. M. Educação formal e os desafios para a formação de uma nova geração de agricultores. In: CONGRESSO DA SOBER, 41., 2003, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: UFJF, 2003b. p. 1-14. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2007.

MOURA, M. M. **Os herdeiros da terra**: parentesco e herança. São Paulo: Hucitec, 1978. 100 p.

NORONHA, A. G. B. **O tempo de ser, fazer e viver**: modo de vida de populações rurais tradicionais do Alto Jequitinhonha. 2003. 140 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras.

ORTEGA, A. C.; SÓ, L. da S. **Gasto público, descentralização e política de desenvolvimento rural**: experiências municipais no Brasil: um estudo de caso do Pronaf em Orizona e Davinópolis em Goiás-Bra [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <eduardomr@ufla.br> em 7 dez. 2005.

PIETRAFESA, J. P. Agricultura familiar: a construção de um conceito. **Candeia**, Goiânia, ano 3, n. 4, p. 17-30, nov. 2002.

RIBEIRO, E. M. A formação de sucessores no rural brasileiro: trajetória histórica, pesquisa e perspectivas. **Saeculum: Revista de História**, João Pessoa, n. 4/5, p. 271-286, jan./dez. 1998/1999.

RIBEIRO, E. M. As invenções de migrantes. **Travessia: Revista do Migrante**, São Paulo, ano 6, n. 17, p. 27-30, set./dez. 1993.

RIBEIRO, E. M.; ARAÚJO, D. P.; GALIZONI, F. M. Uma estimativa preliminar das receitas monetárias e não-monetárias de agricultores familiares do Vale do Jequitinhonha. In: ORTEGA, A. C.; ANTUNES FILHO, N. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. São Paulo: Alínea, 2007. p. 229-251.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. Sistemas agrários, recursos naturais e migrações no alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In: TORRES, H.; COSTA, H. (Orgs.). **População e meio ambiente**: debates e desafios. São Paulo: SENAC-SP, 2000. p. 163-187.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M.; CALIXTO, J. S.; ASSIS, T. de P.; AYRES, E. B.; SILVESTRE, L. H. Gestão, uso e conservação de recursos naturais em comunidades rurais do alto Jequitinhonha. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, [S.l.], v. 7, p. 57-77, 2005. Disponível em: <<http://www.nucleoestudo.ufla.br/nppj/Anpur.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2007.

ROSA, S. L. C. Agricultura familiar e desenvolvimento local sustentável. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** 1999. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/arquivos/0174600485.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2007.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: o mundo rural face os desafios da masculinização, envelhecimento e desagrarização. **Revista Ensaios (FEE)**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 661-694, jun. 2005.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. v. 1, p. 186-212.

SANT'ANA, A. L.; COSTA, V. M. H. de M. Produtores familiares e estratégias ligadas à terra. **RER**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 4, p. 663-683, out./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M. A. de; DORIGON, C.; BALDISSERA, I. T. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília, DF: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. 120 p. Disponível em: <<http://www.nead.org.br>>. Acesso em: 23 fev. 2007.

WERKEMA, M. C. **Avaliação da qualidade de medidas**. Belo Horizonte: FCO, 1996.

WOLF, E. R. **Sociedades camponesas**. 2. ed. rev. Tradução de Oswaldo Caldeira C. da Silva. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 150 p.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Hucitec, 1994. 336 p.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília, DF: UnB, 1997. 192 p.

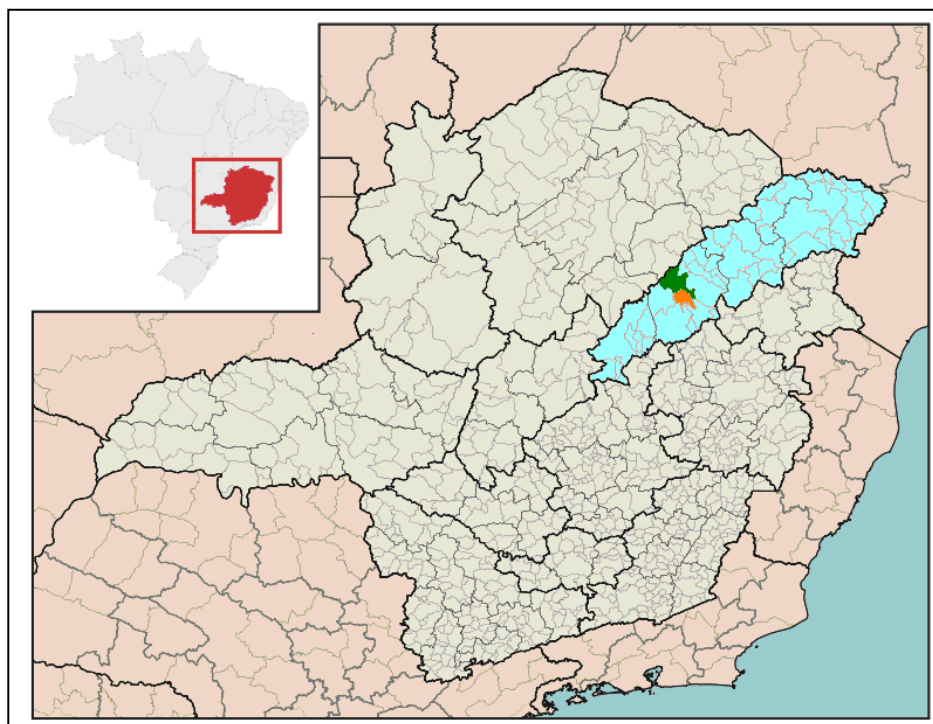
WOORTMANN, K. "Com parente não se negueia": o campesinato como ordem moral. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, p. 64-70, jan./fev. 1987.

WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 35-53, jan./jun. 1990.

ANEXOS




ANEXO A: localização dos municípios de Turmalina e Veredinha	90
ANEXO B: fotografias de alguns agricultores familiares entrevistados	91
ANEXO C: lista dos casais de agricultores familiares entrevistados	94
ANEXO D: lista dos(as) jovens entrevistados(as).....	96
ANEXO E: roteiro de entrevista dos casais de agricultores familiares	98
ANEXO F: roteiro de entrevista dos(as) jovens	103

ANEXO A: localização dos municípios de Turmalina e Veredinha



Fonte: <http://pt.wikipedia.org>. Acesso em 20 jan. 2005.

Legenda

-  Vale do Jequitinhonha
-  Município de Turmalina
-  Município de Veredinha

ANEXO B: fotografias de alguns agricultores familiares entrevistados



FOTO 1: Senhor Agostinho, Dona Maria Cleti e nora, agricultores familiares da comunidade do Alto Lourenço.



FOTO 2: Fotografia tirada em frente a horta do Senhor João Domingos e Dona Maria Cleuza - comunidade de Ribeirão Soares.



FOTO 3: Senhor Reinaldo (jovem sucessor), mãe e filho, comunidade de Olaria. Fotografia tirada em frente ao “terreno” onde cultivam quiabo e abóbora com sistema de irrigação por gravidade.



FOTO 4: Senhor Ailton, Dona Maria Helena e Bruno (filho), possível sucessor desta família de agricultores.

ANEXO C: lista dos casais de agricultores familiares entrevistados

NOME DOS AGRICULTORES	COMUNIDADE
Agostinho e Maria Cleti	Lourenço
Ailton e Maria Helena	Fanha
Antônio Gomes e Rita	Butiti
Aristeu e Maria Valdereza	Boa Vista
Clery e Maria Rosa	Córrego dos Gomes
Crispim e Tereza	Gameleira
Donizete e Diana	Jacuba
Etelvino e Zulmira	Grota do Porto
Geraldo e Lívia	Moreira
Geremias e Maria Lourivanda	Morro Redondo
Izaías e Maria do Socorro	Lagoa
João André Bento e Jandira	Olaria
João Domingos e Maria Cleuza	Ribeirão Soares
João Gomes do Azevedo e Santa	Gentil
João Gomes Ferreira e Fátima	Poço D'Água
João Nunes e Santa	Monte Alegre
Joaquim Bento e Maria Aparecida	Jacuba
Joaquim Daniel e Araújo	Moreira
Joaquim e Deuzani	Buriti
José Alves de Souza e Maria Goreti	Morro Redondo
José Alves Ferreira e Beatriz	Córrego dos Gomes
José Arnaldo e Ana Cláudia	Alto Lourenço
José Bispo e Maria das Dores	Ribeirão das Posses
José Cordeiro e Inês	Ribeirão das Posses
José e Ana de Jesus	Lourenço
José Lopes e Maria Aparecida	Ribeirão Soares
José Vieira e Maria Madalena	Imurana

NOME DOS AGRICULTORES	COMUNIDADE
Luiz Alves e Maria	Gentil
Mauro e Anísia	Poço D'Água
Milton e Alírea	José Silva
Moises e Maria Gomes	José Silva
Nelson e Ana Maria	Ponte do Funil
Odair e Janete	Ponte do Funil
Odila Pinheiro de Macedo (viúva)	Ponte do Funil
Pedro e Rita	José Silva
Reinaldo e Tatiana	Olaria
Urbano e Luiza	Bigode
Vicente Cordeiro e Maria	Ribeirão das Posses
Vicente Ferreira e Ana Teixeira	Mato Grande
Vilmar e Maria do Carmo	Alto Lourenço

ANEXO D: lista dos(as) jovens entrevistados(as)

NOME DO(A) JOVEM	COMUNIDADE
Aline da Cruz Ramos	Cor. Aninha Gomes
Anderson Aparecido Barbosa	Pinheiro
Andréia Soares de Azevedo	Bom Jesus do Galego
Angélica Gomes Lima	José Silva
Aritana Brasilina de Castro Macedo	Mato Grande
Bruno Lima Cordeiro	Fanha
Carine Soares Gomes	José Silva
Cleonice Gomes Pereira	José Silva
Diana Gonçalves dos Santos	José Silva
Diogo Barbosa	Buriti
Diogo Xavier Rosa	Campo Alegre
Dione Gomes Bastos	Casa Velha
Edílson Alves de Souza	Morro Redondo
Edson Fernandes de Macedo	Gentil
Elaine Soares Ferreira	Novo Peixe Cru
Elizeu Ferreira dos Santos	Mato Grande
Érica Soares da Silva	José Silva
Ericsson Henrique de Oliveira	Jacuba
Fátima Azevedo Santos	Gentil
Gislene Aparecida Fernandes Azevedo	Campo Alegre
Janete Cordeiro de Jesus	Gentil
Janice Dias de Azevedo	Poço D'Água
Jacson Maurício dos Santos	Macedos
José dos Reis Alves Moreira	Córrego do Tanque
Josilda Ferreira de Souza	Macedos
Júnia Maria Fernandes Silva	Gameleira
Kely Gomes Pereira	Mato Grande

NOME DO(A) JOVEM	COMUNIDADE
Leonardo dos Santos Neto	Macedos
Lindomar Fernandes de Azevedo	José Silva
Marcelo Nunes dos Santos	Monte Alegre
Márcia Lopes de Souza	Campo Alegre
Marília Pereira Lima	José Silva
Osiel Xavier dos Santos	Mato Grande
Paulo Silas da Costa Macedo	São Miguel
Paulo José de Castro	Alto Lourenço
Ricardo Alves Macedo	Olhos D'Água
Roberto Godine Macedo	Angicos
Suelen Ferreira de Oliveira	Mato Grande
Valmir Alexander Ferreira Alves	Casa Velha
Wellington Alves Santana	Casa Velha

ANEXO E: roteiro de entrevista dos casais de agricultores familiares

INFORMAÇÕES PESSOAIS

- 1) Nome
- 2) Comunidade
- 3) Idade
- 4) Estado civil
- 5) Quando o(a) Senhor(a) era mais jovem trabalhava junto com sua família?
- 6) Quem ensinou o(a) Senhor(a) a trabalhar na terra?
- 7) Com quantos anos o(a) Senhor(a) começou a trabalhar com sua família?
- 8) Era tudo no embolado ou o(a) Senhor(a) recebia algum tipo de pagamento?
- 9) O(A) Senhor(a) já trabalhou em outro lugar? Se Sim, por que voltou?
- 10) O que o(a) Senhor(a) aprendeu com a migração? Ganhou experiência em quê?
- 11) O(A) Senhor(a) já fez algum tipo de curso voltado para a agricultura?
Quais? Como esses cursos ajudaram o(a) Senhor(a) nos serviços da roça?
- 12) O(A) Senhor(a) estudou? Quantos anos o(a) Senhor(a) estudou?
- 13) Onde o(a) Senhor(a) estudou?
- 14) O(A) Senhor(a) acha que os conhecimentos adquiridos na escola ajudam na vida de agricultor(a)? Como?
- 15) Existe troca de experiência entre os moradores da comunidade do(a) Senhor(a)? O que o(a) Senhor(a) aprendeu?
- 16) O(A) Senhor(a) participa de algum sindicato, associação ou organizações?
Quais? Como estas entidades contribuem para sua permanência como agricultor(a) familiar?
- 17) A participação nessas entidades pode contribuir para a permanência dos(as) seus/suas filhos(as) no meio rural? Como?

RELAÇÃO COM O LUGAR

18) O(A) Senhor(a) gosta da comunidade onde vive? Por quê?

PATRIMONIALIZAÇÃO E GESTÃO DOS BENS

19) Qual o tamanho do terreno do(a) Senhor(a)?

20) O terreno do(a) Senhor(a) é herdado?

21) Herdado de quem?

22) E esse terreno foi de seus avós?

23) O(A) Senhor(a) faz movimento grande?

24) Como o(a) Senhor(a) fez para adquirir, aumentar ou melhorar o terreno?

GESTÃO DO SÍTIO

25) Quais as atividades o(a) Senhor(a) faz no seu terreno?

26) Como o(a) Senhor(a) organiza estas atividades?

27) O(A) Senhor(a) tem planos de fazer alguma melhoria ou mexer com outras atividades?

28) O(A) Senhor(a) trabalha somente com a agricultura ou tem outra ocupação?

PERSPECTIVAS ECONOMICAS DENTRO E FORA DA ATIVIDADE

29) O que o(a) Senhor(a) acha do futuro econômico da atividade de agricultor(a)?

30) O(A) Senhor(a) acha que desenvolver atividades fora do meio rural permitiriam uma vida melhor para o(a) Senhor(a) e sua família?

PROGRAMAS PÚBLICOS DE APOIO AO(A) AGRICULTOR(A) FAMILIAR

- 31) O(A) Senhor(a) conhece programas públicos que apóiam o(a) agricultor(a) familiar? Quais?
- 32) Já utilizou algum desses programas? Encontrou alguma dificuldade de acessar os benefícios desses programas?
- 33) O(A) Senhor(a) conhece algum programa público destinado ao(a) jovem rural? Quais? Esses programas poderiam incentivar os(as) filhos(as) do(a) Senhor(a) a continuar no campo e seguir a profissão de agricultor(a)? Como?

INFORMAÇÕES SOBRE A FAMÍLIA DE ORIGEM DO HOMEM

Nome do(a) irmão(ã)		
Idade		
Estado civil		
Anos de estudo		
Onde ele(a) vive?		
Qual a ocupação?		
Ele(a) trabalha na terra?		
Ele(a) tem terra?		
Onde é a terra?		
A terra é herdada? De quem?		
Qual a ocupação do Marido/esposa?		
O marido/esposa tem terra?		
O marido/esposa trabalha na terra?		
A terra do marido/esposa é herdada?		

INFORMAÇÕES SOBRE A FAMÍLIA DE ORIGEM DA MULHER

Nome do(a) irmão(â)		
Idade		
Estado civil		
Anos de estudo		
Onde ele(a) vive?		
Qual a ocupação?		
Ele(a) trabalha na terra?		
Ele(a) tem terra?		
Onde é a terra?		
A terra é herdada? De quem?		
Qual a ocupação do Marido / esposa?		
O marido/esposa tem terra?		
O marido/esposa trabalha na terra?		
A terra do marido/esposa é herdada?		

INFORMAÇÕES SOBRE A FAMÍLIA QUE O CASAL FORMOU

Nome do(a) filho(a)		
Sexo		
Idade		
Estado civil		
Anos de estudo		
Onde vive seu/sua filho(a)?		
Qual a ocupação atual de seu/sua filho(a)?		
Seu/Sua filho(a) trabalha na terra?		
Junto à família?		

- 34) Quais atividades o Senhor ensinou seus filhos e filhas a fazerem na terra?
- 35) O(A) Senhor(a) interfere na decisão profissional de seus filhos e filhas?
- 36) Qual idade mais ou menos o(a) Senhor(a) acha que um(a) jovem está preparado(a) para trabalhar sozinho(a) num terreno?
- 37) Como o(a) Senhor(a) e sua família descobrem quais dos(as) seus/suas filhos(as) serão agricultores(as)?
- 38) O que o(a) Senhor(a) acha do futuro da profissão de agricultor(a)?
- 39) Quais são as dificuldades enfrentadas pelo(a) agricultor(a)? (tamanho da terra, fornecimento de água e energia elétrica).
- 40) O(A) Senhor(a) acha que o(a) jovem está querendo trabalhar na agricultura familiar? Se não, o que o(a) Senhor(a) acha que está acontecendo ou o que mudou para o(a) jovem não querer continuar na roça?
- 41) O que o(a) Senhor(a) acha que poderia ser feito para incentivar o(a) jovem a ficar na roça?

ANEXO F: roteiro de entrevista dos(as) jovens

INFORMAÇÕES PESSOAIS

- 1) Nome
- 2) Idade
- 3) Comunidade
- 4) Anos de estudo
- 5) Seus pais são agricultores familiares?
- 6) Seus pais fazem movimento grande no terreno?
- 7) Você trabalha junto com sua família?
- 8) Quais atividades você sabe desenvolve na roça? Sabe comercializar os produtos?
- 9) Com quantos anos começou a desenvolver essas atividades?
- 10) Quem ensinou você a trabalhar na roça?
- 11) Existe troca de experiência entre os moradores de sua comunidade? O que aprendeu?
- 12) Você participa de algum sindicato, associação ou organizações? Quais?
- 13) Como essas entidades podem contribuir para sua permanência como agricultor(a) familiar?
- 14) Com qual idade começou a estudar?
- 15) O que aprendeu na escola que ajudou ou poderá ajudar na sua vida de agricultor(a) e de sua família?
- 16) Você considera importantes os ensinamentos adquiridos na escola? Por quê?
- 17) Em algum momento de sua vida escolar teve que interromper seus estudos? Por quê?
- 18) Você pretende fazer faculdade? Qual curso?

- 19) Além dos conhecimentos adquiridos com sua família, comunidade, sindicatos, associações e escola, onde mais procura aprender? (livros, revistas, jornais, Internet, televisão, cursos).
- 20) Você gosta de trabalhar na roça?
- 21) Você tem vontade de se tornar um(a) agricultor(a)? Por quê?
- 22) Em sua opinião é possível viver somente do trabalho da roça? Por quê?
- 23) Você tem vontade de trabalhar em outra atividade? Qual? Por quê? Onde?
- 24) Você acha que a profissão de seus pais (agricultores) é valorizada?
- 25) Seus pais interferem na sua decisão profissional?
- 26) Você já trabalhou em outro lugar? (Município da região e região) Se sim, por que voltou?
- 27) Você gosta da comunidade onde vive? Por quê?
- 28) Quais as dificuldades sua família enfrenta trabalhando com a agricultura familiar?
- 29) Você conhece algum programa público de apoio ao(a) agricultor(a) familiar? Quais?
- 30) Quais as dificuldades encontradas para a obtenção dos benefícios desses programas?
- 31) Esses programas poderiam incentivá-lo(la) a continuar no campo e seguir a profissão de seus pais? Por quê? Como?
- 32) Qual o momento você acha mais adequado para receber o terreno de seus pais para cuidar?
- 33) Você faz alguma atividade própria para ter o seu próprio dinheiro? Quais? Se sim, o que faz ou fez com esse dinheiro?
- 34) Você tem algum bem? Como Adquiriu? Quando?
- 35) Você pretende adquirir seu próprio terreno? Como? Quando?
- 36) Quais atividades você gostaria de fazer nesse terreno?
- 37) Você participa de atividades culturais, recreativas e festas?

38) Você acha que o(a) jovem quer trabalhar na agricultura? Por quê?

39) O que você acha que poderia ser feito para o(a) jovem permanecer na roça?

INFORMAÇÕES SOBRE OS(AS) IRMÃOS(Ã) DO(A) JOVEM

Nome do(a) irmão(ã)		
Sexo		
Idade		
Estado civil		
Anos de estudo		
Onde vive		
Qual a ocupação atual de seu/sua irmão(ã)?		
Seu/sua irmão(ã) trabalha na terra?		
Já trabalhou ou trabalha junto à família?		